

Evento vai ocorrer nos próximos dias 17 e 18 em Santos

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.108746:1594500860/Porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e999620&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.108746:1594500860/Porto.JPG?f=2x1&pf=e999620&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Operação de contêineres em Santos (Matheus Tagé)

O diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Dino Antunes Dias Batista, é presença confirmada na segunda edição do Congresso de Direito Marítimo e Portuário, que debaterá os planos do Governo para a cabotagem. O evento, uma iniciativa da Associação Brasileira de Direito Marítimo e Portuário - São Paulo e uma realização do Grupo Tribuna, será realizado nos próximos dias 17 e 18, no auditório da Associação Comercial de Santos, em Santos. As inscrições estão abertas.

O congresso contará com a participação de autoridades, especialistas e profissionais de destaque no setor. A ideia é debater as principais mudanças previstas para os marcos regulatórios, os planos das autoridades para este segmento, estratégico para a economia brasileira, e experiências internacionais. Batista participará de um painel sobre A nova cabotagem brasileira e as expectativas para o programa BR do Mar, em tramitação no Congresso Nacional. As discussões deste tema durante o evento estão previstas para as 14 horas do dia 18.

Atualmente, o Projeto de Lei (PL) no 4199/2020, que institui o BR do Mar, está em análise na Câmara dos Deputados (leia matéria ao lado). O texto reúne uma série de medidas que devem impulsionar a cabotagem – o transporte marítimo de cargas pela costa.

Na semana passada, parlamentares pediram esclarecimentos sobre questões de ordem orçamentária e concorrencial do projeto de lei. Por conta disso, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas terá de prestar informações aos deputados, assim como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Freitas deverá apresentar detalhes sobre o Fundo da Marinha Mercante – desde o saldo da reserva e de cada uma das contas vinculadas a ela, até o extrato de movimentações financeiras do fundo. Isso porque uma das justificativas apresentadas no PL foi uma suposta necessidade de proteção aos investimentos feitos por empresas brasileiras de navegação nos últimos anos.

O Cade foi chamado a se manifestar sobre dispositivos que poderiam limitar a competitividade, restringindo o setor de cabotagem às empresas que já possuem frota no Brasil.

Projeto

O projeto de lei é considerado uma das prioridades do setor de infraestrutura nacional. O BR do Mar vai facilitar o afretamento de navios estrangeiros, situação permitida atualmente apenas durante o período de construção de navio encomendado a estaleiro nacional.

A ideia é que, a partir da aprovação do texto, as empresas possam afretar duas embarcações a casco nu (navios vazios). Um ano depois, poderão ser três navios e, a partir do segundo ano, a quantidade será livre, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

Essas embarcações deverão navegar com suspensão da bandeira de origem. A bandeira do país vincula diversas obrigações legais, desde comerciais e tributárias até as trabalhistas.

Inscrições

Atendendo aos protocolos contra a covid-19, o 2º Congresso de Direito Marítimo e Portuário terá limite de participantes na forma presencial, na Associação Comercial de Santos. E, ampliando o debate, contará com interações dos demais participantes pela internet.

As inscrições podem ser feitas até o dia 12 ou até se esgotarem as vagas – gratuitas nas duas modalidades. Para participar, basta se inscrever.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 04/11/2020

CONGRESSO CANCELA SESSÃO E ADIA DISCUSSÃO DA BR DO MAR PELA QUARTA VEZ

Novamente a falta de quórum motivou o cancelamento da agenda

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.58630:1562505682/Cabotagem.PNG?f=2x1&\\$p\\$f=26946ad&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.58630:1562505682/Cabotagem.PNG?f=2x1&pf=26946ad&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Nova sessão sobre o tema ainda não teve data marcada (Carlos Nogueira/ AT)

O debate sobre o Projeto de Lei nº 4.199, do Governo Federal, que prevê incentivos às operações de cabotagem (BR do Mar) foi adiado pela quarta vez. O cancelamento da

sessão deliberativa extraordinária na Câmara dos Deputados ocorreu, novamente, pela falta de quórum – estimulada por partidos do centrão e da oposição. Ainda não foi marcada nova sessão para discutir o tema.

A obstrução às pautas no Congresso se deve a dois fatores: Ao controle da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que é alvo dos partidos do Centrão, e à Medida Provisória 1000/2020. Sobre a MP apresentada pela Presidência da República, a proposta é prorrogar o auxílio emergencial em até quatro parcelas de R\$ 300,00. A oposição é contra redução do benefício pela metade.

Antes de o deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos), que presidiu os trabalhos, encerrar a sessão, a deputada Perpétua Almeida, líder do PCdoB na Câmara, reforçou a postura de obstrução da oposição. “Não conseguimos imaginar que governo queira cortar o auxílio emergencial pela metade e o Congresso não vai fazer nada”, disse.

BR do Mar

O projeto pretende facilitar o afretamento de navios estrangeiros, situação permitida atualmente apenas durante o período de construção de navio encomendado a estaleiro nacional. De acordo com o texto, a partir de 2021 as empresas poderão afretar duas embarcações vazias para uso. Em 2022, poderão ser três navios e, a partir de 2023, a quantidade será livre, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

Essas embarcações deverão navegar com suspensão da bandeira de origem. A bandeira do país vincula diversas obrigações legais, desde comerciais, fiscais e tributárias até as trabalhistas e ambientais

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 04/11/2020

DEMANDA POR TRANSPORTE AÉREO DE CARGAS CAI 8% EM SETEMBRO EM BASE ANUAL, DIZ IATA

A demanda por transporte aéreo de cargas em todo o mundo em setembro foi 8% menor que a observada no mesmo mês de 2019, o que indica uma recuperação ante agosto, quando a queda chegou a 12,1%, de acordo com a Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata). Entretanto, a capacidade do segmento caiu 25,2% no mesmo mês, o que indica uma “severa falta de capacidade” no mercado.

A América Latina, que responde por 2,8% da movimentação global de cargas por via aérea, teve queda de 22,5% na demanda e de 36,5% na capacidade em setembro, os piores indicadores em ambos os casos.

Os melhores números foram vistos na América do Norte, responsável por 24,3% do mercado. Na região, a demanda subiu 8,6%, e a capacidade recuou 15%.

Também tiveram contrações acima da média na demanda a região da Ásia e do Pacífico (-15,9%) e a Europa (-15,4%), enquanto as capacidades caíram 29,2% e 31,8% nas regiões, respectivamente.

A Iata relata ainda que as empresas da América do Norte e da África reportaram aumentos de 1,5% e de 9,7% na demanda por transporte aéreo de cargas em base anual. Em todas as outras regiões, persistiram as quedas.

Segundo a Iata, a melhoria sequencial nos números está relacionada ao aumento das exportações medido pelo índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) mundial, que atingiu marca acima de 50, que indica expansão da atividade, pela primeira vez desde meados de 2018.

A melhoria também está alinhada à projeção da Organização Mundial do Comércio (OMC) de que o comércio internacional cairá 9,2% neste ano. A estimativa anterior era de queda de 12,9%.

“Os volumes do transporte de cargas estão em queda ante 2019, mas estão a um modo de distância das extremas dificuldades do transporte de passageiros”, comenta Alexandre de Juniac, diretor geral e CEO da Iata. “Para o tráfego de cargas, 92% do negócio ainda existe, enquanto cerca de 90% da tráfego de passageiros desapareceu.”

A expectativa de Juniac é de que o comércio de final de ano ajude a sustentar a recuperação da demanda, mas de que a capacidade continue a ser um desafio. “Com as empresas ajustando a malha para refletir a queda da demanda de passageiros com a volta da covid-19, uma valiosa capacidade nos porões dos aviões será perdida quando for mais necessária”, afirma.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/11/2020

GOVERNO QUER QUE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SE TORNEM PRIVADOS

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, disse nesta quarta-feira que a proposta da pasta é de transformar os fundos de desenvolvimento regional em fundos de natureza privada. Marinho destacou que esses fundos hoje têm “baixíssima” alocação e enfrentam forte burocracia.

Segundo o ministro, a ideia é que, com essa reformulação, eles possam ser utilizados para financiar a estruturação de projetos de infraestrutura para atrair a iniciativa privada.

Em audiência pública no Senado, na comissão temporária externa do Pantanal, Marinho comentou que a proposta já foi encaminhada ao Ministério da Economia. A reformulação envolve os fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE).

“É para ter maior agilidade, conforto fiscal, e principalmente que ele seja estruturador de projetos. Não temos projetos de qualidade para atrair a iniciativa privada, em programas, por exemplo, de saneamento básico e tratamento de esgoto em cidades que estão no perímetro das bacias hidrográficas. A proposta é ajudar municípios para fazer projetos tecnicamente sólidos”, afirmou Marinho.

De acordo com a pasta comandada por Marinho, os fundos também poderão ser alocados como garantidores de parcerias público-privadas (PPPs) e ainda atuar por meio da participação em fundos de investimento que tenham como foco áreas consideradas prioritárias, como saneamento, mobilidade urbana, iluminação pública e gestão de resíduos sólidos.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/11/2020

PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE EM 17 DOS 26 RAMOS PESQUISADOS ANTE SETEMBRO DE 2019

A alta de 3,4% na produção industrial de setembro ante setembro de 2019, que quebrou uma sequência de dez meses de quedas, foi generalizada, conforme a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada nesta quarta-feira, 4, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessa base de comparação, houve avanço em 17 dos 26 ramos pesquisados pelo IBGE, com altas na produção de 58,0% dos 805 produtos pesquisados.

Segundo o IBGE, na comparação de setembro com igual mês de 2019, as principais influências no total da indústria vieram de produtos alimentícios (11,1%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (7,8%).

Outros impactos positivos foram dos ramos de bebidas (13,8%); de máquinas e equipamentos (8,1%); de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (15,4%); de produtos de borracha e de material plástico (8,6%); de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (12,6%); de produtos de metal (9,2%); de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (11,2%); de outros produtos químicos (3,7%); de celulose, papel e produtos de papel (5,3%); de produtos do fumo (53,8%); de produtos de madeira (15,1%) e de produtos têxteis (9,3%).

Na contramão, ainda na comparação com setembro de 2019, entre as nove atividades que apontaram redução na produção, o IBGE destacou a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, que tombou 13,7% e exerceu a maior influência negativa na formação da média da indústria. Segundo a nota divulgada pelo IBGE, a atividade foi “pressionada, em grande medida, pelos itens automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões e autopeças”.

Outras contribuições negativas vieram de indústrias extrativas (-4,1%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-11,6%), impressão e reprodução de gravações (-39,2%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-19,8%) e outros equipamentos de transporte (-19,3%).

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/11/2020

CONGRESSO COMEÇA SESSÃO PARA ANÁLISE DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Congresso Nacional iniciou a sessão para análise de vetos do presidente Jair Bolsonaro e de projetos orçamentários. Na manhã desta quarta-feira, 4, a reunião é destinada aos deputados federais.

Os parlamentares se articulam para derrubar o veto à desoneração da folha salarial. Para isso, são necessários no mínimo 257 votos entre os deputados e 41 entre os senadores. O Senado se reúne para analisar a proposta em outra sessão, marcada para as 16 horas.

A votação dos vetos ao novo marco legal do saneamento básico e ao pacote anticrime devem ser adiados para uma sessão no dia 18 de novembro.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/11/2020



EXTRA ONLINE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA 2,6% EM SETEMBRO E ELIMINA PERDAS DA PANDEMIA



https://extra.globo.com/incoming/24728211-5b7-bf4/w640h360-PROP/xindustria.jpg.pagespeed.ic.K_5jwfD6_R.jpg

Indústria voltou ao nível pré-pandemia com o desempenho de setembro
Indústria voltou ao nível pré-pandemia com o desempenho de setembro
Foto: Edilson Dantas

A produção industrial brasileira cresceu 2,6% em setembro, na comparação com agosto, e eliminou perdas da pandemia, segundo o IBGE.

É a quinta alta mensal seguida, consolidando os sinais de retomada. O desempenho do setor foi puxado pelos bens de consumo duráveis, especialmente o da indústria automotiva.

Segundo o IBGE, o resultado zerou as perdas de 27,1% acumuladas entre março e abril, quando a indústria atingiu o patamar mais baixo já registrado devido ao distanciamento social adotado para controle da pandemia.

“Com o resultado de setembro, em conjunto com os avanços dos quatro meses anteriores, a produção industrial superou em 0,2% o patamar pré-pandemia, em fevereiro. Passados os meses de março e abril e com a flexibilização das medidas de distanciamento social, o setor industrial foi recuperando, mês a mês, aquele patamar”, diz o gerente da pesquisa, André Macedo.

No acumulado do ano, porém, a indústria registra queda de 7,2%. E, em 12 meses, a perda acumulada é de 5,5%. Na comparação com setembro de 2019, o setor cresceu 3,4%, interrompendo dez meses de resultados negativos seguidos nessa comparação.

Roupas e calçados

Na passagem de agosto para setembro, o avanço no setor foi generalizado em todas as grandes categorias econômicas e em 22 dos 26 ramos pesquisados, com destaque para bens de consumo duráveis, cujos resultados foram puxados pela indústria automotiva.

Veículos automotores, reboques e carrocerias avançaram 14,1%. Vale destacar que essa atividade acumulou expansão de 1.042,6% em cinco meses consecutivos de crescimento na produção, mas ainda assim se encontra 12,8% abaixo do patamar de fevereiro”, explica Macedo.

Assim como veículos automotores, outras atividades também cresceram pelo quinto mês seguido: máquinas e equipamentos (12,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (16,5%) de couro, artigos para viagem e calçados (17,1%).

Produtos alimentícios (1,2%), metalurgia (3,5%) e produtos de minerais não-metálicos (4,2%) também contribuíram com o resultado de setembro.

Por outro lado, quatro atividades reduziram sua produção em setembro: a indústria extrativa (-3,7%) teve o principal impacto negativo no mês, interrompendo três resultados positivos consecutivos, que acumularam alta de 18,2%.

Falta de insumos e dólar alto

Os demais segmentos com desempenho negativo foram impressão e reprodução de gravações (-4,0%), produtos diversos (-1,3%) e outros produtos químicos (-0,3%).

O bom desempenho da indústria tem sido acompanhado por dificuldades enfrentadas pelo setor, que encontra gargalos para responder ao aumento da demanda. Faltam insumos para alguns segmentos, levando algumas fábricas a atrasarem as encomendas.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, 44% das empresas relataram ter deixado de atender clientes ou atrasado entregas em outubro.

O dólar alto também é um problema para o setor, pois pressiona o custo das matérias-primas, muitas delas importadas.

Fonte : Extra Online

Data : 04/11/2020

IMPORTAÇÕES ACUMULADAS DA CHINA VÃO SUPERAR US\$22 TRI NA PRÓXIMA DÉCADA, DIZ PRESIDENTE XI

(Reportagem de Brenda Goh e Winni Zhou)

XANGAI (Reuters) - As importações acumuladas de bens da China vão superar 22 trilhões de dólares na próxima década e o país está acelerando sua abertura apesar da pandemia global de coronavírus, afirmou nesta quarta-feira o presidente Xi Jinping.

Xi falou por mensagem de vídeo na cerimônia de abertura da China International Import Expo em Xangai.

A China optou por realizar sua feira anual de importação este ano, um raro evento presencial realizado durante a pandemia, embora com limite de capacidade e restrições sanitárias. Analistas disseram que isso é um sinal de o país está aberto a negócios.

O país deverá ser a única grande economia a crescer este ano após conseguir controlar a epidemia.

Xi disse que a China quer tornar seu mercado "o mercado do mundo" conforme avança para um modelo econômico de "dupla circulação". O país vai, por exemplo, reduzir as restrições às importações, tratar todas as empresas registradas na China igualmente e assinar mais acordos comerciais com outros países, disse ele.

Ele acrescentou que o mundo precisa trabalhar junto, ir contra o unilateralismo e não "golpear" um ao outro já que a economia global enfrenta muitos desafios, especialmente com a epidemia.

Fonte : Extra Online

Data : 04/11/2020

CADE AUTORIZA COMPRA DE 2 UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE SOJA NO PARANÁ PELA BUNGE

Por Ana Mano

SÃO PAULO (Reuters) - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) informou nesta quarta-feira que concedeu a autorização final e incondicional para a compra de duas unidades de processamento de soja no Paraná pela Bunge.

A Bunge assinou em 20 de maio os contratos para aquisição das unidades junto à Imcopa, companhia em recuperação judicial.

As duas fábricas adquiridas pela Bunge, localizadas em Araucária e Cambé, processaram cerca de 1 milhão de toneladas de soja no ano passado.

O leilão das unidades da Imcopa fazia parte do plano da empresa para emergir da recuperação judicial.

O Paraná possui cerca de 19% da capacidade de esmagamento de oleaginosas do Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Uma das fábricas da Imcopa fica a 100 km do porto de Paranaguá e produz proteína de soja concentrada usada para alimentação de animais.

Fonte : Extra Online

Data : 04/11/2020

PETROBRAS INICIA FASE VINCULANTE PARA VENDA DO POLO CEARÁ

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras PETR4.SA> iniciou a etapa vinculante de um processo para venda da totalidade de sua participação em campos de águas rasas no Ceará conhecidos como Polo Ceará, informou a companhia em comunicado nesta quarta-feira.

Os ativos envolvidos na operação compreendem os campos de Atum, Curimã, Espada e Xaréu, em operação desde a década de 80, acrescentou a empresa.

A produção média desses campos em 2019 foi de 4,2 mil bpd de óleo e 76,9 mil m³/d de gás, segundo a estatal.

Fonte : Extra Online

Data : 04/11/2020



ELEIÇÕES NOS EUA 2020: O QUE PODE MUDAR PARA O SETOR DE TECNOLOGIA

Califórnia e outros estados do país não votam apenas para eleger um novo presidente, mas também para opinar sobre temas sociais

As eleições deste ano nos Estados Unidos não vão apenas eleger o próximo presidente do país. Em alguns estados, a votação também inclui a opinião de eleitores sobre temas sociais. Em 2016, muitos estados aproveitaram para decidir sobre a legalização do uso recreativo de drogas, por exemplo. Agora em 2020, o grande tema – fora o novo presidente – será tecnologia. Os eleitores vão opinar sobre iniciativas que podem moldar o futuro dos direitos dos trabalhadores da chamada gig economy, sobre privacidade de dados e até mesmo sobre o reparo de carros inteligentes.

Por isso, as empresas de tecnologia não estão apenas observando o resultado da eleição presidencial. Os estados se tornaram um importante regulador de tecnologia na ausência de ação do governo federal, lembra o Washington Post. E é provável que os resultados de algumas medidas estaduais possam moldar o debate federal sobre como a privacidade digital deve ser regulamentada ou se Uber e Lyft precisarão contratar os motoristas como funcionários.

Aqui estão as principais votações que acompanharemos durante esta semana crítica:

Na Califórnia, eleitores decidirão como Uber e outras empresas que atuam na gig economy precisam tratar os trabalhadores

Uber, Lyft e Instacart têm um fundo de US\$ 200 milhões para apoiar uma medida sobre a contratação de motoristas que prestam serviço nas plataformas como profissionais autônomos. As empresas também estão usando seus próprios aplicativos para incentivar os clientes a votarem sim na medida, conhecida como Proposta 22.

A iniciativa proporcionaria aos motoristas alguns benefícios limitados, mas não o conjunto completo de proteções salariais e de trabalho normalmente concedidas aos funcionários. Por exemplo, as empresas garantiriam aos motoristas 120% do salário mínimo por “tempo de engajamento”, em vez de garantir o salário de tempo integral.

A proposta 22 poderia encerrar as batalhas travadas nos tribunais sobre a situação de emprego dos motoristas de aplicativo. Uber e Lyft têm lutado contra esforços legais para forçá-los a classificar seus motoristas como empregados em tempo integral. O resultado da iniciativa também pode influenciar a forma como outros estados regulamentam as grandes empresas da tecnologia. Políticos democratas, incluindo Joe Biden, estão incentivando os residentes da Califórnia a votarem contra a proposta.

Os defensores da privacidade estão divididos sobre outra iniciativa da Califórnia para remodelar a lei no estado

A Lei de Direitos de Privacidade da Califórnia de 2020 revisaria as proteções de privacidade do estado e mudaria a forma como as regras são aplicadas. A proposta está sendo defendida por um dos autores da lei estadual de privacidade da Califórnia, que entrou em vigor no início deste ano. Segundo os defensores da revisão, a lei mostrou ter algumas deficiências iniciais, que precisam ser corrigidas.

A proposta poderia criar uma nova agência reguladora de privacidade, inicialmente financiada com US\$ 10 milhões para lidar com o abuso de dados. Também acrescentaria novos limites sobre como as empresas podem usar “informações pessoais confidenciais” - como raça, sexualidade e localização precisa dos funcionários.

Alguns grupos levantaram preocupações sobre a proposta. Eles dizem que a iniciativa pode resultar em cidadãos pagando pela privacidade (uma nova exceção que permite às empresas cobrar mais se as pessoas optarem por não permitir a venda de seus dados). “Ninguém deve ser colocado na posição de escolher entre as necessidades de sobrevivência e sua privacidade”, escreveu a ACLU em um recente post de blog. “A privacidade é um direito, não um luxo para quem pode pagar.”

Uma iniciativa em Michigan poderia moldar o acesso da polícia aos dados digitais

Os eleitores de Michigan irão decidir se as forças policiais devem precisar obter um mandado de busca para acessar os dados eletrônicos ou de comunicações dos cidadãos. A proposta eleitoral poderia definir com mais precisão as proteções à privacidade dos residentes, uma vez que as legislações estaduais e os tribunais federais têm sido relativamente lentos para avançar na polêmica questão do acesso aos dados pelas autoridades.

Uma medida de Massachusetts pode influenciar o futuro dos reparos de automóveis

Uma medida conhecida como Questão 1 atualizaria a lei de reparos de automóveis existente para garantir que oficinas independentes tenham acesso aos dados coletados pelos carros. Na ausência de uma lei federal que trate dos carros inteligentes, isso poderia definir um novo padrão para o funcionamento desses veículos. “No centro está a questão não insignificante de como pode ser o acesso expandido aos dados do carro e quão seguro isso é”, escreveu Lauren Goode recentemente, na Wired. “Não é apenas uma questão de quem pode consertar um carro e acessar os dados, mas quem é o proprietário dos dados.”

As montadoras têm incentivado os residentes de Massachusetts a votarem "não" no assunto, alertando que a medida pode colocar dados confidenciais em risco. A medida é parte de um debate mais amplo sobre o "direito de consertar", ou um movimento para garantir que as pessoas tenham acesso aos dados e ferramentas de que precisam para consertar seus próprios dispositivos ou carros.

Os eleitores de Chicago e Denver votarão sobre o financiamento público da internet. Um referendo em Chicago quer decidir se a cidade deve garantir que todas as áreas tenham acesso à banda larga. A iniciativa eleitoral ilustra como a pandemia de coronavírus jogou luz sobre os problemas de acesso à internet em todo o país, diz Francella Ochillo, diretora executiva do Next Century Cities, um grupo sem fins lucrativos que apoia cidades que buscam soluções para internet acessível. "Não é que o problema não existisse", disse Ochillo a Tonya Riley em uma entrevista. "Acho que a covid-19 realmente acelerou algo que não teria a mesma gravidade antes".

Um em cada cinco residentes de Chicago com menos de 18 anos não tem acesso à banda larga, um problema amplamente concentrado nos bairros negros e latinos. Durante a pandemia, essa disparidade no acesso teve consequências graves, desde impedir os alunos de acessarem a educação online até a desigualdade de acesso à telemedicina. Se a iniciativa for aprovada, poderá ser mais fácil para o conselho municipal alocar fundos para aumentar o acesso. A cidade de Denver terá uma votação similar.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 04/11/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

O QUE O GOVERNO PRECISA CONSIDERAR NA TRANSIÇÃO PARA UM NOVO MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO DE BIODIESEL

Por Fabíola de Paula Ditzel, Fernanda Bocchi, Hilda Pereira, Janaína Lemes e Cindy Moreira

A comercialização de biodiesel via leilões públicos está enraizada na história deste biocombustível no Brasil. O uso do termo "enraizar" não foi escolhido ao acaso.

Tem a intenção de expressar quão entranhada é essa relação e por que a discussão sobre um novo sistema para o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) – deve ser feita de forma cuidadosa e precisa, sob o risco de uma ruptura que pode ser fatal para um setor que hoje emprega cerca de meio milhão de brasileiros e brasileiras.

Em setembro, o Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou o relatório do Comitê Abastecimento Brasil (CAB) dedicado a rever o mercado de biodiesel diante do novo cenário downstream – cenário que vem sendo desenhado pela saída parcial da Petrobras do mercado de refino e distribuição.

Como os leilões de biodiesel são operacionalizados por ela, o MME vem se antecipando para viabilizar uma solução para a saída da Petrobras também dessa operação.

Entretanto, para o setor, isso não precisa significar o fim do modelo de comercialização atual, mas sim uma transição para um sistema melhorado de leilões públicos, ou sob o olhar do poder público.

É importante recordar que os leilões nem sempre foram operacionalizados pela Petrobras. Começamos com uma plataforma do Banco do Brasil e passamos pelo sistema Comprasnet e até por um modelo presencial, até chegarmos ao Petronect (gerenciado pela Petrobras).

O relatório do CAB, no entanto, seguiu uma linha focada apenas no biodiesel e deixou de analisar o que realmente deve ser feito para um plano estratégico de integração dos combustíveis.

A encomenda para produzir o relatório pode ter tido uma boa intenção, mas o resultado está muito aquém das expectativas do interesse da sociedade, que sabe que o Brasil tem nessa integração do uso dos combustíveis e biocombustíveis um potencial enorme para avançar rumo a uma matriz energética cada vez mais limpa.

Diante disso, foi solicitada a revisão do relatório considerando os seguintes aspectos: questões concorrenciais, estoques para garantir abastecimento, questões tributárias, biodiesel e HVO, volatilidade de preços, fiscalização, flexibilidade de contratação e entregas e abertura para importação de biodiesel, ou seja, praticamente refazer o trabalho com a amplitude que a sociedade exige.

Detalhamos esses aspectos abaixo:

Questões concorrenciais: o mercado de combustíveis é altamente concentrado – pelo lado da demanda –, com cerca de 70% do volume sendo comercializado por apenas três empresas. O sistema de leilões protege não só os produtores de biodiesel que operam em tal mercado concentrado, mas também as distribuidoras de pequeno porte, que podem competir com certa isonomia com as grandes.

Isto é, os leilões oferecem uma oportunidade justa e equilibrada de concorrência, tanto para as distribuidoras como para os produtores de médio e pequeno porte. O fim deste modelo pode decretar maior concentração do mercado e, conseqüentemente, o fechamento de dezenas de empresas.

Estoques para o garantir o abastecimento de biodiesel: a política de estoques para o modelo escolhido pelo CAB foi totalmente desconsiderada. É preciso incluir no relatório a análise sobre os benefícios do modelo atual de comercialização para atender ao mercado com segurança na questão de estoques. Uma questão importante a ser considerada é que o biodiesel possui singularidades que não permitem armazenamento por longos períodos de tempo.

Por isso, a garantia de estoque se dá pela armazenagem de matérias-primas, diferentemente do etanol. Isso precisa ser levado em conta quando o CAB sugere uma transição para um modelo de comercialização semelhante ao do etanol, como se fosse algo simples e produtos com características similares.

Questões tributárias: os problemas presentes atualmente em diversas cadeias produtivas serão igualmente prejudiciais ao biodiesel. A transição para um novo modelo requer do governo federal a indicação de uma solução efetiva e funcional perante o CONFAZ que minimize o acúmulo de créditos de ICMS e reduza os efeitos da estrutura tributária nacional. Entretanto, o relatório aponta em outra direção e sugere que os produtores façam negociações com as Unidades da Federação.

Biodiesel e HVO

Embora o relatório diga que o HVO não é objeto da análise, o CAB considera o HVO um tipo de biodiesel e sugere que ele faça parte do mandato do biodiesel. Ou seja, extrapola o limite do próprio relatório e busca a inserção de um combustível que ainda nem é produzido ou regulamentado no Brasil. Vale destacar que, embora seja positiva a entrada de novos biocombustíveis no mercado, isso deve ser feito de forma transparente e com previsibilidade, cumprindo todos os ritos legais e de forma a substituir os combustíveis fósseis. Não faz sentido algum colocar biocombustível para concorrer com biocombustível, enquanto o diesel brasileiro ainda é 88% fóssil e precisa importar 20% deste combustível de petróleo.

Volatilidade de preços

É falsa a afirmação do relatório de que a volatilidade de preços do biodiesel decorre do sistema de leilões. A análise séria do mercado demonstra que a variação de preços está intimamente ligada à variação de preços de matérias-primas e do câmbio. Além disso, o que o leilão faz é manter o

preço do biodiesel fixo durante 60 dias, que é o período de entregas. Algo que não acontece no diesel, por exemplo.

Fiscalização

O leilão facilita a fiscalização do cumprimento da mistura obrigatória, uma vez que é possível comprovar as entregas e retiradas do produto e vincular esses volumes ao que seria necessário para cumprir o mandato. Como não existe, até o momento, um teste rápido de verificação de mistura na bomba – os testes são realizados em relatórios especializados – um controle prévio (via comprovação de entregas e retiradas) reduz custos com fiscalizações posteriores. Esse sistema também reduz sensivelmente a sonegação fiscal – tema que é recorrente de denúncias em outros combustíveis.

Abertura para importação de biodiesel

Esta medida, caso implementada, será devastadora para toda a cadeia produtiva, com impactos que alcançarão muito além do biodiesel, e abalarão as indústrias de óleo vegetais, farelos e proteínas animais no Brasil.

O biodiesel responde por mais da metade do óleo de soja consumido no mercado interno, incentivado diretamente o aumento do esmagamento de soja no país. É imprescindível que seja feita uma avaliação minuciosa sobre os efeitos negativos que a abertura para importação terá sobre a industrialização da soja no Brasil, além da consideração das condições de tributação/subsídios nos prováveis países exportadores em relação à competitividade.

Precisamos pensar na complexidade da cadeia produtiva do biodiesel que, além de segurança energética, traz consigo diversos elos da cadeia de proteínas-carnes que são fortemente influenciadas pela produção do farelo, via ração, e isto é segurança alimentar.

Em pouco mais de uma década, o Brasil saiu da produção zero de biodiesel para alcançar o posto de terceiro maior produtor global deste combustível renovável.

As externalidades positivas para a população são diversas: desenvolvimento regional, interiorização da indústria, geração de empregos e renda de qualidade, melhoria da qualidade do ar, redução de mortes e internações decorrentes da poluição, além de segurança energética – pois nos deixa menos dependentes de combustível importado.

Este é um patrimônio da sociedade brasileira e precisamos preservá-lo. E não podemos esquecer as raízes.

Fabiola de Paula e Freitas Ditzel, engenheira química com especialização em Engenharia de Produção pela UTFPR e MBA em Gestão Estratégica (UFPR), atua na agroindústria nas áreas industrial e de qualidade há mais de 18 anos, com passagem por várias empresas como Batavo, Cargill e Louis Dreyfus. Atualmente é gerente de Controle de Qualidade na Granol

Fernanda Bocchi, graduada em Administração na Universidade de Passo Fundo, é diretora comercial na empresa Bocchi Agrobios, onde atua desde 2013 no mercado de biodiesel

Hilda Juliane de Oliveira Pereira, graduada em Direito com especialização em Direito Imobiliário e registro na Ordem dos Advogados do Brasil desde 2009. Trabalha para o Grupo Potencial há 17 anos e na Potencial Biodiesel desde 2013. Atualmente exerce o cargo de Coordenadora do Sistema de Gestão Integrada. Coordenou na empresa, o processo de certificação prevista na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)

Janaína G. O. Lemes, graduada em Administração e Direito, com pós-graduação em Gestão Empresarial e Estratégica, é coordenadora de Mercado na Caramuru Alimentos desde 2001, onde é responsável pela área de comercialização do biodiesel, análises de cenários, participações em leilões e avaliação de mercado, impactos e riscos

Cindy Moreira é coordenadora de Sustentabilidade da ABIOVE, onde atua nas agendas do Biodiesel, do RenovaBio e da Sustentabilidade. Trabalhou na empresa de consultoria DeltaCO2,

onde realizou estudos técnicos sobre a pegada de carbono do biodiesel e de outros produtos do agronegócio. Doutora pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo e pela Université de Montpellier (UM2) sobre o mercado de carbono e as emissões de GEE pela mudança do uso da terra. Engenheira Agrônoma (UFSCar).

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 04/11/2020

CIDADES SUSTENTÁVEIS: CANDIDATOS EM MANAUS FOCAM EM SANEAMENTO

Por epbr - 4 de novembro de 2020 - Em Newsletter, Newsletter Diálogos da Transição

*Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br*

Na semana passada, a Diálogos da Transição iniciou a série Cidades sustentáveis, com a proposta de identificar como os candidatos às principais prefeituras brasileiras incorporam a agenda de sustentabilidade nos seus planos de governo. Na edição de hoje, a metrópole é Manaus.

Com 2,2 milhões de habitantes, a capital do Amazonas concentra mais da metade da população do estado e quase 80% do PIB. Em 2018, foi a cidade com a maior arrecadação municipal da região Norte e a oitava do país.

Mas há problemas graves na área ambiental. Cerca de 88% da população não tem saneamento básico e 27% não têm acesso à água potável. A cidade também sofre com ondas de calor, precária arborização e constantes queimadas e desmatamento ilegais na zona rural.

Consideramos os planos formalizados pelos cinco mais bem colocados nas pesquisas: Amazonino Mendes (Podemos), David Almeida (Avante), Ricardo Nicolau (PSD), Capitão Alberto Neto (Republicanos) e Zé Ricardo (PT).

Salvo algumas exceções, as propostas têm pontos em comum como saneamento e restauração dos igarapés, arborização, turismo sustentável e desburocratização dos licenciamentos.

As exceções são Zé Ricardo, que não trata da questão de licenciamentos; e Capitão Alberto Neto, que nas 17 páginas de sua Carta ao Manauara, não cita as palavras sustentável ou sustentabilidade e foca na “desburocratização dos órgãos fiscalizadores” e nos projetos para saneamento.

O que dizem os candidatos?

Amazonino Mendes (.pdf) – eleito prefeito de Manaus e governador do Amazonas por três vezes, intercalando os cargos – é o que tem o plano de governo mais curto (7 páginas), sem detalhar as propostas.

Em mobilidade, o clima não é tratado diretamente. fala em reestruturar rotas, ampliar e modernizar a frota de transporte público e ciclovias – ações que até podem contribuir para redução de emissões e também constam dos planos de Davi Almeida (.pdf), Ricardo Nicolau (.pdf) e Zé Ricardo (.pdf).

A revitalização dos principais igarapés de Manaus, a ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto e soluções para o manejo de resíduos sólidos, como criação de novo aterro sanitário e expansão de coleta seletiva, integram planos dos cinco candidatos.

Os mais detalhados em relação ao saneamento e tratamento de resíduos são de Ricardo Nicolau, Capitão Alberto Neto (.pdf), Zé Ricardo e Davi Almeida. Este último cita meta de 80% de cobertura de esgotamento sanitário até 2030 e é o único a propor um plano municipal de tratamento de resíduos da construção civil.

Arborização da cidade para tentar amenizar os efeitos das ondas de calor é outro ponto explorado pelos candidatos.

Davi Almeida propõe um “IPTU verde como mecanismo de incentivo ao plantio de árvores pela população”; Ricardo Nicolau fala em “tornar Manaus uma cidade modelo de recuperação igarapés, áreas verdes e arborização urbana”; e Zé Ricardo aposta em “programas de agricultura urbana e com produção orgânica, quintais urbanos, hortas urbanas, na perspectiva da agroecologia e ecofeministas”.

Em falta: propostas concretas para energia renovável e povos indígenas.

Energia renovável aparece apenas nos planos de Davi Almeida e Capitão Alberto Neto, que citam o fomento a investimentos em energia limpa nas suas diretrizes estratégicas para infraestrutura e implantação de um plano para diversificar a matriz energética de Manaus – mas não vão além disso.

Zé Ricardo propõe incentivar a produção de “voadeiras”, lanchas e barcos de pequeno porte com energia solar.

Em relação aos povos indígenas – com cerca de de 36 mil pessoas de 34 etnias morando na cidade, sendo 10 mil eleitores em Manaus (COPIME, 2020) – Amazonino propõe “gerar trabalho e renda para os povos indígenas, em especial no artesanato, pesca e piscicultura, respeitando o conhecimento tradicional”.

Davi Almeida quer criar um “bairro indígena”, que concentraria ações de preservação da tradição, estímulo ao turismo, e unidade de atenção especial à saúde indígena.

Proposta semelhante aparece nos planos de Zé Ricardo, com o “Parque Cidade Indígena”, um “espaço de acolhimento das propostas e demandas dos indígenas de Manaus e encaminhamento para os órgãos municipais responsáveis”.

Direto dos programas – o que dizem os documentos que formalizam as propostas dos candidatos à prefeitura de Manaus:

- Executar ações de revitalização dos principais igarapés de Manaus. Ampliar a rede de coleta e tratamento de esgoto em cumprimento ao marco regulatório de saneamento. Adotar manejo adequado de resíduos sólidos com um novo aterro sanitário. Implantar programa de arborização e paisagismo nos espaços públicos. Expandir e tornar eficiente a coleta seletiva de resíduos, em parceria com as associações de catadores de materiais recicláveis. Desburocratizar e simplificar os processos de licenciamento ambiental. Amazonino Mendes, 24% das intenções de voto
- Buscar parcerias com a iniciativa privada para apoiar a implantação de programas de gestão ambiental nas empresas e comunidades. Pactuar metas de “desmatamento zero” nas florestas remanescentes de ambientes naturais, criando um cinturão verde no entorno da cidade de Manaus. (...) Projeto “ABC – Área de Baixo Carbono”: pequenas áreas urbanas de convivência em um ambiente verde, sustentável, de circulação restrita de automóveis, priorizando a mobilidade de pedestres e bicicletas. Davi Almeida, 16% das intenções de voto
- Criação de uma política municipal de sustentabilidade; desburocratizar licenciamento ambiental, limitando em 30 dias o prazo máximo para manifestação do poder público; reduzir débitos e tributos de indústrias, agroindústrias e produtores rurais por incorporarem práticas de preservação ambiental com resultados; ampliar e aprimorar a rede de esgoto e tratamento (...) Estudar novo local para construção de um Aterro Sanitário; transformar o lixão em Aterro Controlado. Ricardo Nicolau, 13% das intenções de voto
- Desburocratização dos órgãos fiscalizadores. Elaboração e implantação de um plano para diversificar a matriz energética de Manaus, com ações de incentivo ao uso de energias limpas. Expansão do sistema de abastecimento de água em Manaus. Ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto em Manaus. Melhoria e ampliação da rede de drenagem urbana.

Desativação do atual lixão e criação de aterro sanitário para a cidade. Estímulo à ampliação da coleta seletiva. Capitão Alberto Neto, 9% das intenções de voto

- Implantar o saneamento ambiental em Manaus com construção de estações de tratamento de esgoto e limpeza das bordas dos igarapés; Auditoria, revisão e fiscalização do contrato de concessão e suas metas (...) com a exigência de que o abastecimento e saneamento básico sejam universalizados (...); Programa de Proteção das fontes e nascente em Manaus; Implantar Política de Resíduos Sólidos com coleta seletiva, de reciclagem e aproveitamento de resíduos sólidos com a participação da sociedade civil, iniciativa privada, cooperativas e associação de catadores/as de materiais recicláveis. Zé Ricardo, 8% das intenções de voto

Dados da pesquisa Ibope publicada em 28 de outubro (AM 2161/2020), que ouviu 504 eleitores, entre 26 e 28 de outubro, com margem de erro de 3 pontos percentuais.

Curtas

Enquanto isso, a corrida presidencial nos EUA chega à reta final com a disputa entre Donald Trump – mercado e não o Estado deve ditar se e como será feita a migração para uma economia de baixo carbono – e Joe Biden – promete um pacote avaliado em US\$ 2 trilhões para recuperar a economia pós-crise com foco em transição energética e clima. Veja as principais propostas

De acordo com analistas, a política climática seria um foco importante caso Biden confirme sua vitória. EUA provavelmente voltariam a aderir imediatamente ao Acordo de Paris e aumentariam suas metas de redução de emissões. Valor

Em artigo, a presidente do CEBDS, Marina Grossi, fala sobre o movimento do setor empresarial e instituições financeiras rumo a um “green new deal” brasileiro: “nosso movimento pede o combate inflexível ao desmatamento ilegal, atenção às comunidades locais, desenvolvimento de um mercado de carbono no Brasil e que investimentos e políticas públicas sejam desenhados para impulsionar a transformação da economia”. Folha

A Petrobras criou a gerência executiva de Mudança Climática, que será responsável por liderar as ações relativas à gestão de carbono, redução das emissões atmosféricas, eficiência energética e mudança do clima. Será comanda por Viviana Coelho. epbr

A Vale e o Carbon Disclosure Project fecharam uma parceria para incentivar fornecedores da empresa a medir e reportar suas emissões de gases do efeito estufa. A entidade irá avaliar as respostas de 274 fornecedores de uma base de 500 classificados como críticos em emissão de GEE da Vale e que correspondem a cerca de 30% do dispêndio global da empresa. Broadcast/Agência Estado

A partir deste mês, a fábrica de São Paulo da Vedacit será a primeira abastecida totalmente por fontes renováveis, por meio da aquisição no mercado livre de energia. A empresa, do mercado de impermeabilização, pretende atender sua demanda com 45% de energia renováveis e reduzir em 37% as emissões de CO2 até 2025.

A Neoenergia abriu as chamadas públicas para projetos de eficiência energética das distribuidoras Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS). Orçamento de R\$ 41,4 milhões, dentro das regras do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As propostas podem ser enviadas até 13 de janeiro de 2021.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 04/11/2020

PETROBRAS ANUNCIA VENDA DE UPGN E 28 CAMPOS NA BAHIA

Por epbr - 4 de novembro de 2020 - Em Newsletter Comece seu Dia

Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo@epbr.com.br

em jogo

Petrobras anunciou a venda de mais uma unidade de processamento de gás natural, desta vez na Bahia: a UPGN de Catu, com capacidade de processamento de 2 milhões de m³/dia. Ao todo, o polo inclui 28 campos, em diferentes municípios, e diversas instalações de movimentação e armazenamento.

— Inclui, portanto, toda a infraestrutura necessária para entrega do óleo à refinaria Landolfo Alves (RLAM), que também está à venda, e do gás natural à TAG, dona da malha de transporte conectada à UPGN de Catu.

— É uma estratégia similar à adotada no Rio Grande do Norte, onde a Petrobras vende campos de produção, a UPGN de Guamaré e a refinaria Clara Camarão. No caso da Bahia, a RLAM foi incluída no pacote original das refinarias e a companhia negocia a venda já para este ano. A melhor proposta foi apresentada pelo fundo Mubadala.

— A produção média dos campos no Polo Bahia Terra foi de 14,3 mil barris/dia de óleo e 642,6 mil m³/dia de gás natural entre janeiro e agosto deste ano. Veja o teaser (pdf).

Os preços do gás entregues pela Petrobras às distribuidoras foram reajustado em 33% para os três meses iniciados em 1º de novembro, considerando os valores em R\$ por m³, que incorporam o câmbio. Em US\$/MMBtu, medida internacional, a alta é de 26%.

— Reajuste está previsto nos contratos. Trimestralmente, a Petrobras repassa alterações no câmbio e nos preços de referência do petróleo no mercado externo.

— “Apesar do aumento neste trimestre, os preços acumulam uma redução de 38% em US\$/MMBtu e de 13% em R\$/m³, desde dezembro de 2019 (considerando a taxa de câmbio de 30/10/2020)”, informou a empresa.

— A tarifa final que chega para os consumidores é regulada pelos estados, responsáveis pelas concessões de distribuição. Mostramos semana passada: no Rio, a agência estadual reconheceu, mas não autorizou a Naturgy a reajustar os preços do gás.

A eleição americana segue indefinida, devido a demora na contagem de votos em estados-chave. Joe Biden lidera contra Donald Trump, mas o presidente dos EUA tem vantagem na parcial dos votos em estados fundamentais para a vitória democrata.

— Era um cenário esperado. Devido aos votos antecipados por correio e o comparecimento recorde às urnas, a contagem de todos os votos pode durar dias. eubr

Os preços do petróleo subiram cerca de 2% nessa terça (3), acompanhando os movimentos de alta em outros mercados financeiros no dia das eleições presidenciais dos EUA. Mas operadores se preparam para um cenário de volatilidade dependendo do resultado da votação e à medida que o número de casos de coronavírus aumenta no mundo.

— Os contratos futuros do Brent fecharam em alta de 1,9%, a US\$ 39,71 o barril, enquanto o WTI avançou 2,3%, para US\$ 37,66 o barril. Reuters

O 2º ciclo da oferta permanente da ANP será em 4 de dezembro. Estarão disponíveis blocos em setores offshore das bacias Santos (águas rasas e profundas), Campos (ultra profundas) e Espírito Santo (profundas), além das áreas em terra nos estados do Amazonas, Alagoas, Espírito Santo, Bahia, Paraná e Rio Grande do Norte.

A Companhia Brasileira de Estireno (CBE) está autorizada à importar gás natural da Bolívia, até o limite de 130 mil m³/dia entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023. E também GNL (até 237.250 m³), pelos terminais de regaseificação de Salvador (BA) e Barra dos Coqueiros (SE), pelo mesmo período.

— As autorizações, solicitadas ao MME, são para atendimento a unidades da CBE na Bahia (Acrinor e EDN). A importação da Bolívia depende de contratação do serviço de transporte da

TBG (Gasbol) e, no caso dos terminais, o da Bahia é da Petrobras, em processo de arrendamento, e o de Sergipe é da Celse, no projeto integrado com a UTE Porto de Sergipe. Ainda não está conectado à malha de transporte.

As vendas de diesel e gasolina pelas distribuidoras avançaram em setembro na comparação com igual mês de 2019, de acordo com dados da ANP, sugerindo uma retomada em meio à flexibilização das medidas de isolamento pela pandemia de coronavírus no país.

— A comercialização de diesel atingiu 5,24 bilhões de litros no mês, alta de 7% frente a setembro de 2019 e maior resultado mensal desde outubro do ano passado. Na comparação com agosto, a alta foi de 1,4%.

— Já as vendas de gasolina comum somaram 3,13 bilhões de litros em setembro, avanço de 1,2% no ano a ano e de 6,6% na comparação com agosto. Além disso, é o resultado mensal mais expressivo desde janeiro. Reuters

As vendas de etanol hidratado somaram 1,7 bilhão de litros em setembro, segundo a ANP, o maior patamar desde o início da pandemia de covid-19 e 8,3% maior que em agosto. Na comparação anual, porém, o volume foi 9,2% menor que o registrado em setembro de 2019.

— Nos nove primeiros meses do ano, as vendas de etanol chegaram a 13,7 bilhões de litros, uma queda de 16% ante igual período de 2019. Mas, segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), foi o segundo melhor resultado da série histórica para o período. Valor

— Os preços do etanol fecharam em alta na última semana, aponta o Indicador Cepea/Esalq. A maior alta ocorreu no anidro (+1,98%, para R\$ 2,4264 o litro). Hidratado subiu 0,58%, para R\$ 2,0570 o litro. RPA News

A Destra Comercializadora de Energia está autorizada a importar e exportar energia elétrica interruptível com Argentina e Uruguai, para atender ao mercado de curto prazo. Com a Argentina, o volume de potência soma até 2.250 MW, e com o Uruguai, até 570 MW.

A Petrobras criou uma gerência executiva de Mudanças Climáticas, que vai liderar ações da empresa em gestão de carbono, redução de emissões, eficiência energética e mudança do clima. Será comandada por Viviana Coelho e subordinada à diretoria de Relacionamento Institucional, comandada por Roberto Ardenghy, que agora passa a se chamar Relacionamento Institucional e Sustentabilidade. epbr

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou nessa terça (3) quatro ex-dirigentes da Petrobras em processos envolvendo a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, relacionados a investimentos da companhia em projetos investigados pela Operação Lava Jato.

— O ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa recebeu a maior pena: foi condenado ao pagamento de multas que somam R\$ 1,15 milhão e inabilitação para administrar empresa de capital aberto por 15 anos.

— Enquanto o ex-presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, e o ex-diretor financeiro da empresa, Almir Barbassa, foram multados em R\$ 150 mil, o ex-diretor de Serviços, Renato Duque, foi inabilitado de administrar empresa de capital aberto por 15 anos.

— Também acusados, a ex-presidente Dilma Rousseff, os ex-ministros Guido Mantega e Antônio Palocci (Fazenda), Silas Rondeau (Minas e Energia) e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram absolvidos. Folha de S.Paulo

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 04/11/2020

BENTO ALBUQUERQUE MONTA GABINETE DE CRISE APÓS APAGÃO NO AMAPÁ

Por Larissa Fafá - 4 de novembro de 2020 - Em Política energética, Setor elétrico

BRASÍLIA – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, deve embarcar nesta quarta (4) para o Amapá, após o estado sofrer um apagão na madrugada que compromete o suprimento de energia em diversas cidades, incluindo a capital, Macapá. O problema foi causado por um incêndio em uma subestação e não há previsão de normalização.

Bento Albuquerque recebeu no MME o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), eleito pelo Amapá, e informou que um gabinete de crise está montando e representantes do governo e de entidades como o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vão ao estado.

“Eu informei ao presidente, Jair Bolsonaro, que me determinou que organizasse um gabinete de crise para tratar dessa grave situação que é o isolamento de um estado da federação. E estamos, desde cedo, com esse gabinete montando, com todos os órgãos vinculados do setor elétrico”, afirma o ministro em vídeo gravado ao lado de Alcolumbre.

O gabinete tem representantes do MME, ONS, da agência Aneel e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), além da Eletrobras e da LMTE, empresa responsável pelo sistema de transmissão.

O incêndio destruiu um transformador de uma subestação na capital do estado. Segundo informações do ONS, o incidente causou o desligamento automático de linhas de transmissão, interrompendo inclusive o escoamento de energia das usinas hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes.

“Para o reestabelecimento das condições normais de fornecimento de eletricidade na região, foi iniciada hoje (04/11), às 06h09, a recomposição parcial das cargas da usina hidrelétrica Coaracy Nunes, sob coordenação do ONS, que está acompanhando de perto a situação”, informou o ministério.

Parte das operações foram restabelecidas até o início da tarde desta quarta (4), mas ainda há problemas em 14 dos 16 municípios do estado, incluindo a capital. Causou a interrupção no abastecimento de água e reflexos na operação de hospitais, segundo informações do G1.

O comunicado do MME, na íntegra

Nessa terça-feira (03/11), por volta das 20h47, houve uma interrupção de cerca de 250 MW de carga elétrica, afetando severamente o suprimento de energia à capital do Amapá, Macapá.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela operação do sistema de transmissão brasileiro, o Sistema Interligado Nacional – SIN, informou que o corte abrupto de carga ocorreu em virtude de um incêndio no transformador 1 da Subestação de Macapá, de propriedade da LMTE, sendo registrado perda total na unidade. Com isso, houve um desligamento automático das linhas de transmissão Laranjal/Macapá, assim como das usinas hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, que abastecem a localidade.

Para o reestabelecimento das condições normais de fornecimento de eletricidade na região, foi iniciada hoje (04/11), às 06h09, a recomposição parcial das cargas da usina hidrelétrica Coaracy Nunes, sob coordenação do ONS, que está acompanhando de perto a situação.

O MME, por sua vez, expediu Portaria instituindo Gabinete de Gestão de Crise, com coordenação da Pasta, e participação do ONS, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Eletrobras e da LMTE (agente titular da concessão de transmissão), para a atuação integrada de todos visando a buscar o rápido reestabelecimento de condições normais de fornecimento de energia ao estado.

A Portaria, destaca, ainda, a importância de que sejam apurados os fatos e responsabilidades, tempestivamente, com vistas, a prestar contas à sociedade, bem como para contribuir na identificação de medidas preventivas que devam ser adotadas para evitar incidente semelhante.

Adicionalmente, com vistas a assegurar que as ações necessárias estão sendo adotadas de forma diligente e rápida, o Ministro Bento Albuquerque, e os membros do gabinete de crise viajam hoje com vistas a avaliar “in loco” a situação do abastecimento energético do estado e buscar as linhas de ação para o restabelecimento da alimentação elétrica para o Amapá.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 04/11/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PRODUÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA 2,6% EM SETEMBRO E ELIMINA PERDAS DA PANDEMIA

Desempenho foi puxado pelo setor de bens duráveis, com destaque para automóveis. No ano, indústria ainda acumula queda de 7,2%, diz IBGE

O Globo



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24682675-f27-881/FT1086A/652/xind.jpg.pagespeed.ic.H3c9PyWJzS.jpg>

Indústria voltou ao nível pré-pandemia com o desempenho de setembro Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

RIO — A produção industrial brasileira cresceu 2,6% em setembro, na comparação com agosto, e eliminou perdas da pandemia, segundo o IBGE. É a quinta alta mensal seguida, consolidando os sinais de retomada.

O desempenho do setor foi puxado pelos bens de consumo duráveis, especialmente o da indústria automotiva.

Segundo o IBGE, o resultado zerou as perdas de 27,1% acumuladas entre março e abril, quando a indústria atingiu o patamar mais baixo já registrado devido ao distanciamento social adotado para controle da pandemia.

— O crescimento do setor por cinco meses seguidos é o maior patamar desde o período de abril a agosto de 2018, e faz com que o setor não só elimine as perdas da pandemia, mas recupere um patamar perdido dentro da série histórica — explica o gerente da pesquisa, André Macedo.

O resultado de setembro foi acima do esperado. O mercado projetava alta de 2,2% na variação mensal, segundo pesquisa da Reuters com economistas.

“Passados os meses de março e abril e com a flexibilização das medidas de distanciamento social, o setor industrial foi recuperando, mês a mês, aquele patamar”, informou Macedo.

No acumulado do ano, porém, a indústria registra queda de 7,2%. E, em 12 meses, a perda acumulada é de 5,5%. Na comparação com setembro de 2019, o setor cresceu 3,4%, interrompendo dez meses de resultados negativos seguidos nessa comparação.

Roupas e calçados

Na passagem de agosto para setembro, o avanço no setor foi generalizado em todas as quatro grandes categorias econômicas e em 22 dos 26 ramos pesquisados, com destaque para bens de consumo duráveis, cujos resultados foram puxados pela indústria automotiva.

“Veículos automotores, reboques e carrocerias avançaram 14,1%. Vale destacar que essa atividade acumulou expansão de 1.042,6% em cinco meses consecutivos de crescimento na produção, mas ainda assim se encontra 12,8% abaixo do patamar de fevereiro”, explica Macedo.

Assim como veículos automotores, outras atividades também cresceram pelo quinto mês seguido: máquinas e equipamentos (12,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (16,5%) de couro, artigos para viagem e calçados (17,1%).

Produtos alimentícios (1,2%), metalurgia (3,5%) e produtos de minerais não-metálicos (4,2%) também contribuíram com o resultado de setembro.

Para Renata de Mello Franco, economista da FGV/Ibre, os números indicam a recuperação da produção, principalmente da indústria de transformação, após o tombo da pandemia. Ainda assim, uma retomada mais consistente a médio prazo depende de uma melhora no ambiente fiscal.

— Segmentos como os de bens intermediários e bens de consumo não duráveis deverão ter crescimentos mais consistentes, o que preocupa são os bens duráveis. A recuperação do nicho dos veículos automotores passa pelo consumo, mas há uma incerteza sobre a continuidade de um programa de renda básica após a redução do auxílio emergencial, além da incerteza sobre a manutenção ou não da desoneração da folha para alguns segmentos.

Por outro lado, quatro atividades reduziram sua produção em setembro: a indústria extrativa (-3,7%) teve o principal impacto negativo no mês, interrompendo três resultados positivos consecutivos, que acumularam alta de 18,2%.

Falta de insumos e dólar alto

Os demais segmentos com desempenho negativo foram impressão e reprodução de gravações (-4,0%), produtos diversos (-1,3%) e outros produtos químicos (-0,3%).

O bom desempenho da indústria tem sido acompanhado por dificuldades enfrentadas pelo setor, que encontra gargalos para responder ao aumento da demanda. Faltam insumos para alguns segmentos, levando algumas fábricas a atrasarem as encomendas.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, 44% das empresas relataram ter deixado de atender clientes ou atrasado entregas em outubro.

O dólar alto também é um problema para o setor, pois pressiona o custo das matérias-primas, muitas delas importadas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/11/2020

HUAWEI E RIVAIS PLANEJAM INVESTIR DE R\$ 8 BI A R\$ 10 BI NO 5G NO PAÍS

Empresas do setor de telecomunicações aguardam leilão das frequências para a quinta geração da telefonia, previsto para o primeiro semestre de 2021

Por Bruno Rosa



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24727429-25e-8d1/FT1086A/652/x90284110_EC-SorocabaSP30-10-2020-Centro-de-distribuicao-da-Huawei-em-SorocabaFuncionario.jpg.pagespeed.ic.pAO03FHOQN.jpg

Indefinição. Centro de distribuição da Huawei em Sorocaba: enquanto governo não decide se gigante chinesa poderá fornecer equipamentos para a quinta geração, empresas do setor ampliam aposta no 5G Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

RIO - Com ou sem a participação da chinesa Huawei, a futura rede 5G no Brasil já atrai gigantes globais de infraestrutura de telecomunicações e indústrias de diferentes setores. Há investimentos iniciais entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões até 2025 e que só devem sair do papel após o governo realizar o leilão da quinta geração da telefonia, previsto para o primeiro semestre de 2021.

Segundo fontes do setor, o governo brasileiro aguarda o resultado das eleições presidenciais dos Estados Unidos para ter uma definição de como tratar a participação da Huawei como fornecedora de infraestrutura do 5G, rede que vai permitir velocidade até 20 vezes maior que a do 4G.

A avaliação é que a disputa política entre EUA e China e o consequente boicote à Huawei devem se manter em qualquer cenário. Por isso, integrantes do setor aguardam a decisão do presidente Jair Bolsonaro para seguir com os trâmites do leilão.

Enquanto isso, rivais da Huawei ampliam seu poder de fogo, em especial os japoneses. O investimento esperado em 5G no Brasil é tido como um dos maiores do mundo, diz o consultor Hermano Pinto, diretor da consultoria Informa no Brasil.

Hoje, 129 países já têm rede da quinta geração, diz a 5G Americas. A previsão da GSMA, associação do setor, é que nos próximos cinco anos a rede consuma 60% dos recursos do segmento no Brasil.

— O 5G terá investimento em rede entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões somente nos próximos cinco anos. Há um potencial muito grande no país. É um mercado no qual todos os fabricantes querem estar presentes — diz Hermano.

A japonesa Fujitsu, que atua na área de software no Brasil, acaba de entrar no segmento de redes fornecendo equipamentos para pequenos provedores no país. Ela planeja aumentar sua participação na área de telecom no Brasil com o 5G, diz Alex Takaoka, diretor de Vendas da Fujitsu.

Um dos planos é desenvolver a “rede aberta”, que permitirá que todos os equipamentos conversem entre si, projeto em parceria com Qualcomm, Nokia, Nec, Telefônica e outras.

— A sede definiu os EUA e o Brasil como mercados-chave para os projetos globais. Assim, passam a receber tecnologia diretamente do Japão. O Brasil é um mercado relevante e é importante participar dele — comenta Takaoka.

A japonesa Nec amplia suas apostas por aqui. Já desenvolve um laboratório de 5G no país e acaba de assinar acordo com a Embrapa para criar soluções para o setor agropecuário.

A companhia conta com o apoio do governo do Japão, que tem linhas de crédito para fomentar a expansão da tecnologia no mundo. A ambição, diz Ângelo Guerra, vice-presidente da companhia, é estimular o desenvolvimento da rede aberta de telecom.

‘Ficando por último’

Hoje, a multinacional espera a definição das regras do leilão para definir se produz equipamentos 5G no Brasil ou se importa do Japão.

Concorrência: Novos fornecedores já se movimentam para entrar no futuro mercado de 5G no Brasil

— O Brasil é um dos pilares de crescimento da Nec para o mundo. O 5G é a oportunidade para a empresa voltar a ser um grande fornecedor móvel no país, como foi anos 1980. Nós nos colocamos como alternativa ao mercado em meio à essa discussão geopolítica — afirma Ângelo.

A americana Qualcomm, que já atua em processadores para celulares e soluções para carros e objetos conectados, acaba de lançar plataformas de infraestrutura 5G para serem usadas pelas operadoras. Um dos pilares é incentivar a rede aberta, na qual os equipamentos falam entre si. As primeiras iniciativas começaram no Japão, diz Hélio Oyama, diretor de Engenharia da Qualcomm:

— A ideia é que todos os equipamentos sejam padronizados para diferentes fornecedores, permitindo portfólio mais amplo, com mais oferta e menor preço. É necessário que o leilão ocorra logo. O país não pode ficar para trás.

Mario Laffitte, vice-presidente de Relações Institucionais da Samsung na América Latina, diz que a empresa assumiu posição de destaque na busca pelo desenvolvimento de produtos que sejam integrados à rede 5G:

— Em 2019, lançamos o primeiro smartphone 5G do mundo. Em 2020, o primeiro tablet 5G. Já são 20 dispositivos habilitados para a rede 5G, incluindo notebooks. No Brasil, iniciamos o projeto de expansão de smartphones compatíveis com a rede 5G.

A sueca Ericsson, uma das líderes ao lado da Huawei, corre para manter sua posição no mercado brasileiro. Com 65 redes em 33 países, a companhia europeia planeja investir R\$ 1 bilhão até 2025 na ampliação de sua fábrica em São Paulo. Enquanto o leilão no Brasil não sai do papel, ela exporta os equipamentos de conexão para outros países.

Marcos Scheffer, vice-presidente para o Cone Sul da América Latina da empresa, diz que capacidade de produção não é problema, quando perguntando sobre impactos de eventual restrição à Huawei.

— O 5G está no centro de nossa estratégia. A expectativa é que só a quinta geração impulse o PIB do país em 2,4% em dez anos devido ao aumento de produtividade — diz, lembrando que há no país 240 mil equipamentos 4G da empresa compatíveis com o 5G. — Quanto mais atrasar o leilão, mais vai demorar a busca por competitividade. O Brasil é um dos cinco principais mercados para a companhia.

A finlandesa Nokia — que assinou 102 contratos com operadoras em todo o mundo, com 36 redes já lançadas comercialmente — lembra que seus equipamentos 4G são habilitados para o 5G. Luiz Tonisi, head da companhia no país, afirma que a infraestrutura fará parte de uma rede aberta. A companhia está construindo uma plataforma de internet das coisas (IoT) no país para criar soluções.

— Estamos fazendo testes de 5G com operadoras. Temos capacidade para aumentar a produção e não vamos medir esforços para isso — conta Tonisi.

A Huawei, por outro lado, ressalta que os investimentos no Brasil são crescentes. Segundo Marcelo Motta, diretor de Cibersegurança e Soluções da Huawei, a concorrência é boa para o setor e para a empresa. O país tem 100 mil torres instaladas.

— Ou a tele compra a rede aberta e monta as peças ou compra o carro completo. Estamos abertos a mostrar nossa solução e padrão de segurança ao governo, caso seja pedido. Já estamos fazendo a produção e implementando o 5G em nossa fábrica de Sorocaba.

Igor Calvet, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), avalia que, quanto mais demorar o leilão, menos investimentos o país vai receber:

— Se for tecnologia chinesa ou sueca, não importa, a questão é que estamos ficando por último e isso é ruim. É preciso estar na dianteira. Um exemplo é o uso de redes privadas de 5G em fábricas, o que tende a elevar a produtividade.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/11/2020

MAIA E ALCOLUMBRE PROMETEM VOTAÇÃO DE PROJETO PARA ALIVIAR CONTAS DE ESTADOS

Presidentes da Câmara e do Senado sinalizaram com sessões para os dias 17 e 19 em reunião com governadores nesta terça

Por Isabella Macedo e Marcello Corrêa

BRASÍLIA — Em reunião com governadores na tarde desta terça-feira, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), se comprometeram a pautar o

projeto de lei complementar (PLP) que deve aliviar as regras para cumprimento do teto de gastos dos estados após o primeiro turno das eleições municipais.

Segundo os participantes da reunião, Maia afirmou que incluirá o projeto na pauta do plenário no dia 17 de novembro, primeira terça-feira após as eleições nas cidades.

Os governadores se reuniram com Maia primeiro e, em seguida, com Alcolumbre. Após ouvir que Maia pautaria o projeto no dia 17, Alcolumbre disse que colocará o texto em votação na mesma semana, no dia 19 de novembro.

Proposta de prorrogação

O PLP 101/2020 é de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) e propõe o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal para os estados. A proposta é que o relator do texto, Mauro Benevides Filho (PDT-CE) inclua no projeto a prorrogação do teto de gastos, especialmente de 11 estados que não conseguiram cumprir a regra do ajuste fiscal em 2018 ou 2019.

Segundo as regras da lei já vigente para socorro aos estados, caso o a unidade federativa não tenha cumprido a regra em um dos anos, há uma multa. Segundo o secretário de Fazenda do Mato Grosso, Rogério Gallo, a ideia é que o prazo seja prorrogado por 3 anos para evitar a multa. Dessa forma, os estados teriam de cumprir o teto de gastos em 2021, 2022 e 2023.

— A partir disso teremos condições de prorrogar, por mais três anos, o teto de gastos desses 11 estados. Aí, nesses 3 anos, cumprir o teto de gastos e não pagar a penalidade. No caso do Mato Grosso seriam já R\$ 600 milhões já a partir de 1º de janeiro. Isso para os demais estados são bilionárias — disse Gallo após a reunião na casa de Alcolumbre.

Convergência

Pedro Paulo afirmou, após uma nova reunião no Ministério da Economia, que há uma convergência entre governadores para apoiar o texto.

— Há uma convergência enorme dos governadores de todas as linhas ideológicas. A essência do projeto está lá, já negociado com o Tesouro. Acho que está tudo pronto — disse o parlamentar.

Segundo o deputado, a expectativa é que o texto seja aprovado ainda neste ano. O acordo no Congresso é levar a proposta à votação no Senado 48 horas depois da conclusão do processo na Câmara.

A aprovação do texto ainda neste ano beneficiaria o Rio, que negocia a permanência no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O texto revê as regras do programa de socorro federal, que passaria a ter duração de dez anos e novas regras, como novas formas de punição em caso de não descumprimento das medidas de ajuste. Hoje, a contrapartida é o fim do regime.

— O Rio toda hora fica ameaçado de sair o regime porque não tem uma punição intermediária. Agora (no novo modelo proposto), são três tipos de punição — defende Pedro Paulo.

Outro pleito dos governadores dentro desse projeto é que o excedente da variação da inflação e o aumento da receita dos estados não seja contabilizado no teto dos estados e aplicado em saúde e educação. Dessa forma, os governantes poderão pagar também o custo da máquina e da folha de pagamento desses setores.

— Tudo o que você gastar com o que tiver aumentado a arrecadação acima da inflação você não computaria para o teto de gastos para saúde e educação — disse o secretário de Fazenda do Mato Grosso.

— Eles [os estados] vão ter a regra do teto para todas as outras despesas. Inflação, à exceção dessas duas, vão variar com base na receita corrente líquida. Aí vai poder gastar o mínimo constitucional — explicou Pedro Paulo.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/11/2020

BRASIL, EUA E JAPÃO COSTURAM ACORDO PARA COORDENAR QUESTÕES GLOBAIS NA TECNOLOGIA

Objetivo é adotar alinhamento comum e representaria nova ofensiva contra a China. Texto não traria referência direta a 5G

Por *Eliane Oliveira*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24727490-b91-c7a/FT1086A/652/x365400079.jpg.pagespeed.ic.fkAwwdikxU.jpg>

Fábrica da Alibaba: acordo trilateral pretende definir regras para tecnologias disruptivas que marcam a quarta revolução industrial, como a robótica Foto: Qilai Shen / Bloomberg

BRASÍLIA — Brasil, Estados Unidos e Japão se preparam para lançar uma espécie de diálogo trilateral, cujo objetivo é definir posições comuns em temas ligados à tecnologia, incluindo a nova

frequência 5G de telefonia móvel.

Esta seria mais uma ofensiva contra a China, que corre o risco de ver a chinesa Huawei ser banida, por pressão dos americanos, como fornecedora de equipamentos após o leilão de 5G que será realizado em 2021.

Uma fonte do governo explicou que os três países pretendem criar um grupo similar ao Brics (sigla para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para discutir e coordenar questões globais para a área tecnológica.

Essa fonte explicou que é mais uma coordenação do que um alinhamento: a ideia é que brasileiros, americanos e japoneses trabalhem juntos para definirem “as regras do jogo em todas as tecnologias disruptivas (que provocam uma ruptura com os padrões, modelos ou tecnologias já estabelecidos no mercado), que devem marcar a quarta revolução industrial”.

Condições para competir

O acordo deve ser assinado nos próximos dias. A avaliação é que o diálogo trilateral sairá independentemente das eleições nos EUA. Tanto o atual presidente daquele país, Donald Trump, quanto o democrata Joe Biden, seu adversário, deverão manter postura semelhante em relação a Pequim. Porém, a pedido do Brasil, o texto não terá referências explícitas ao leilão de 5G.

Os três países já vêm se alinhando contra Pequim há algum tempo. Duas semanas atrás, Brasil, EUA e Japão apresentaram um comunicado conjunto, conclamando os outros 161 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) a garantir o princípio de economia de mercado no organismo, para assegurar condições equitativas de competição.

Entre os principais trechos da nota está a defesa de que as decisões das empresas sobre preços, custos, insumos, compras e vendas devem ser livremente determinadas, assim como investimentos.

Fonte : *O Globo - RJ*

Data : *04/11/2020*

CVM CONDENA KPMG POR IRREGULARIDADES NA AUDITORIA DO BALANÇO DE 2010 DA PETROBRAS

Já a PwC foi absolvida em um outro processo instaurado pelo órgão regulador

Por *Bruno Rosa*

RIO - A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou a KMPG a pagar uma multa de R\$ 300 mil em relação a irregularidades no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Petrobras relativas ao exercício social de 2010.

A CVM também condenou ainda Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, sócio da KPMG, à multa de R\$ 150 mil. O órgão regulador destacou que a empresa não demonstrou segurança de que as demonstrações financeiras estariam livres de distorções relevantes.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24728591-6f8-9c7/FT1086A/652/xabreu.jpg.pagespeed.ic.z8ll0cqnyL.jp>

Refinaria Abreu e Lima: no centro das irregularidades Foto: WILTON JUNIOR / Agência O Globo

No centro da polêmica está o volume de impairment (baixa contábil) da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. Segundo a CVM, não teriam sido levadas em conta algumas indicações de perda de valor da Rnest, como o aumento de custos da unidade, superior a US\$ 10 bilhões, e a falta de aportes de recursos no empreendimento por parte da companhia venezuelana PDVSA, até então parceira da Petrobras no empreendimento.

Segundo a CVM, os acusados podem recorrer da decisão.

Procurada, a KPMG ainda não retornou.

Já a PwC (PricewaterhouseCoopers) foi absolvida em um outro processo que foi instaurado para apurar responsabilidade da auditoria e seu sócio Marcos Donizete Panassol por irregularidades na realização de trabalhos de auditoria sobre as demonstrações financeiras entre 2012 e 2014 da Petrobras.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/11/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

INDÚSTRIA CRESCE PELO 5º MÊS SEGUIDO E ELIMINA PERDAS DO AUGE DA PANDEMIA

Segundo o IBGE, avanço na produção foi de 2,6% em setembro; resultado acumulado desde maio supera em 0,2% o patamar pré-pandemia, em fevereiro

Por Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - A produção industrial avançou 2,6% em setembro na comparação com agosto, o quinto mês seguido de alta, deixando para trás as perdas com a covid-19, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira, 4. De maio a setembro, a indústria avançou 37,5%, eliminando o recuo acumulado apenas em março e abril, quando o setor enfrentou o auge da crise causada pela pandemia, com medidas de isolamento que fecharam as fábricas e seguraram o consumo. Agora, o nível da produção está 0,2% acima do registrado em fevereiro.

Para economistas, os dados confirmam a retomada da economia no terceiro trimestre, mas o IBGE alertou para incertezas em torno da continuidade do crescimento. Se a retomada recente eliminou as perdas da pandemia, não bastou para recuperar o desempenho negativo dos últimos anos: o nível da produção ainda está 15,9% abaixo do máximo, atingido em maio de 2011.

“Ainda falta todo um espaço importante para zerar perdas do passado. Todo esse crescimento (recente) serviu para zerar a queda do ano de 2020”, afirmou André Macedo, gerente da Pesquisa Mensal Industrial - Produção Física (PIM-PF) do IBGE.

A retomada dos últimos meses levou a produção industrial do terceiro trimestre a um salto de 22,3% ante o segundo trimestre. Para o economista da MAG Investimentos Julio Cesar Barros, o

resultado confirma sua estimativa de aumento de 7,8% no Produto Interno Bruto (PIB) na mesma base de comparação. Para o estrategista-chefe do Banco Mizuho na América Latina, Luciano Rostagno, o desempenho da indústria colocou um “viés de alta” para sua projeção de crescimento econômico de 7,5% no terceiro trimestre.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, também vê espaço para melhorar as estimativas de crescimento. A equipe de economistas da Austin ainda espera um tobo de 5,1% no PIB de 2020, diante da recessão causada pela pandemia, mas os resultados mais recentes indicam uma queda mais amena, em torno de 4,4%.

“Esses resultados positivos vão consolidando, pavimentando o processo de recuperação, a retomada que está em curso”, afirmou Agostini.

Ainda no lado positivo da balança, a produção da indústria de bens de capital subiu 7% ante agosto. Embora, na comparação com setembro de 2019, tenha havido queda de 2%, o número “sinaliza para taxas de investimento maiores nos próximos meses”, disse a economista da XP Investimentos Lisandra Barbero.

Além disso, até setembro, o processo de recuperação do tobo que a indústria tomou em março e abril se deu de forma generalizada. Na comparação com agosto, houve alta em 22 dos 26 ramos pesquisados pelo IBGE, num movimento puxado pela indústria automotiva.

As incertezas em relação ao fôlego da economia para manter esse ritmo de recuperação até o fim do mês e em 2021 se devem ao papel das medidas de mitigação da crise adotadas pelo governo, como o auxílio emergencial, a expansão de crédito e incentivos à manutenção do emprego. Para Macedo, do IBGE, a recuperação recente foi “totalmente” marcada pelas medidas, porém, no cenário mais amplo, o mercado de trabalho, com 14 milhões de desempregados, segue como principal “gargalo” para a demanda da indústria.

“Esse ritmo de expansão não é sustentável, deve se provar temporário, já que está fortemente influenciado pelos estímulos na economia”, disse Rostagno, do Mizuho.

A perspectiva de redução, de R\$ 600 para R\$ 300 ao mês, e posterior retirada do auxílio emergencial poderá diminuir a demanda doméstica verificada nos últimos meses.

“Intuitivamente, reduzir a renda à metade traz um reflexo negativo. Agora, para ver qual o impacto disso na produção, temos que esperar”, afirmou Macedo, do IBGE.

O setor automotivo é um bom exemplo das incertezas sobre a continuidade do ritmo da retomada. A produção de veículos automotores, reboques e carrocerias avançou 14,1%, com a continuidade do retorno à produção após a paralisação decorrente da pandemia. Ainda assim, o nível de produção dessa atividade está 12,8% abaixo do patamar de fevereiro.

Segundo Macedo, para além da volta à normalidade do trabalho nas fábricas, fechadas no início do período de isolamento social, há também efeitos da demanda sobre o desempenho. “Os juros baixos têm ajudado a impulsionar as vendas”, enquanto “os estoques estão normalizados”, o que indicaria a continuidade da recuperação nos próximos meses.

“Mas temos uma série de gargalos da demanda, como o mercado de trabalho, que podem influenciar o comportamento mais à frente”, ponderou Macedo.

Na comparação com 2019, o terceiro trimestre ainda fechou com queda de 0,6%. A retração desacelerou fortemente ante o segundo trimestre, quando houve tobo de 19,4% sobre igual período do ano passado. Isoladamente em setembro, a alta de 3,4% ante setembro de 2019 quebrou uma sequência de dez quedas.

Nessa base de comparação, a indústria automotiva ainda amargou 13,7% de queda na produção. A alta em relação a setembro de 2019 foi puxada pela fabricação de produtos alimentícios (11,1%), impulsionada pela demanda interna e externa, e de coque, produtos derivados do

petróleo e biocombustíveis (7,8%). / COLABORARAM THAÍS BARCELLOS, CÍCERO COTRIM E GREGORY PRUDENCIANO

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 04/11/2020

ECONOMIA DIZ QUE PIB ACIMA DE 3% EM 2021 SE EXPLICA POR EMPREGO, CRÉDITO E CONSOLIDAÇÃO FISCAL

Secretaria de Política Econômica publicou documento para responder dúvidas de analistas sobre o ritmo de crescimento a partir de janeiro, quando famílias e empresas não receberão mais auxílio do governo para enfrentar a crise

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Com a aposta de uma retomada em “V” da economia ainda a se concretizar neste ano, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia publicou um documento renovando o otimismo da pasta com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 3% em 2021.

No documento intitulado “Considerações sobre a política econômica: objetivos e desafios para 2021”, a SPE busca responder - segundo o próprio texto - as dúvidas de alguns analistas sobre o ritmo de crescimento a partir de janeiro, quando os estímulos do governo para famílias e empresas enfrentarem a pandemia chegarão ao fim.

Antes de traçar o cenário da equipe econômica para o próximo ano, a SPE lembra que essas medidas - como o auxílio emergencial e os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - podem ainda injetar R\$ 130 bilhões na economia até o fim de 2020. “Motivo esse que nos parece suficiente para garantir um quarto trimestre em linha com a retomada da economia”, destaca a secretaria, que é chefiada pelo economista Adolfo Sachsida. O gráfico em forma de V significa retomada no mesmo ritmo rápido da queda.

A SPE diz que a redução do consumo das classes média e alta durante as fases mais rigorosas do distanciamento social resultou em um aumento expressivo da poupança dessas famílias. Além disso, a secretaria cita os bons resultados do mercado de trabalho formal nos últimos meses e a antecipação de férias no auge da pandemia, que deve garantir um maior contingente de trabalhadores na ativa no final do ano.

“Nosso entendimento é de que o quarto trimestre terá importante recuperação do setor de serviços. Da mesma maneira que comércio e indústria lideraram a recuperação no terceiro trimestre, o setor de serviços irá liderar a recuperação no quarto trimestre”, acrescenta o documento.

Projeções para 2021

Para o próximo ano, a projeção de crescimento de 3,2% da SPE se baseia em três fatores principais: emprego, crédito e consolidação fiscal. O documento alega que o atual nível de desemprego é resultado dos impactos da pandemia principalmente sobre o emprego informal. Por isso, a equipe econômica aposta em uma retomada mais forte dos empregos sem carteira assinada já a partir do fim de 2020. A recuperação do emprego formal dependeria de mudanças legislativas, como a desoneração da folha de salários (redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários) defendida pelo ministro Paulo Guedes.

“Parece correto inferir que o desemprego irá se reduzir ao longo de 2021, principalmente em decorrência do aumento do emprego no setor informal da economia em virtude da redução das medidas de distanciamento social. Em 2021, a taxa de ocupação da mão de obra irá retornar aos patamares pré-crise, e irá contribuir para uma retomada econômica mais robusta”, argumenta a SPE.

O mercado de crédito, que foi fundamental para manter a economia rodando durante a pandemia, é o segundo fator essencial listado pela SPE para garantir o crescimento em 2021. O documento

aponta a busca pelo governo pela melhoria da eficiência das garantias para gerar um aumento sustentável e eficiente do crédito para empresas e famílias.

Entre as medidas citadas pela SPE nesse sentido estão o fortalecimento de garantias já existentes, com o aprimoramento na Alienação Fiduciária (AF), novo processo de execução extrajudicial da hipoteca e aprimoramentos nas regras sobre bens de família legais. O documento cita ainda a criação de Câmaras Gestoras de Garantias, o uso da previdência complementar como garantia de crédito e um novo marco legal da securitização.

No eixo de consolidação fiscal, o texto alega que o governo tem enviado ao Congresso propostas de ajuste como as PECs do novo pacto federativo (com a redivisão dos tributos entre União, Estados e municípios) e da reforma administrativa (que muda a forma como servidores são contratados, promovidos e demitidos), além da revisão de marcos setoriais que podem destravar investimentos em petróleo e gás, ferrovias, energia elétrica e cabotagem (navegação na costa brasileira).

“Existem dois grandes riscos para a economia brasileira: no curto prazo é fundamental consolidarmos o lado fiscal; e no longo prazo precisamos aumentar a produtividade total dos fatores. A falha em endereçar qualquer um desses riscos trará consequências negativas severas para nossa sociedade”, alerta a SPE.

O texto cita ainda esforços para continuar a agenda de privatizações de estatais e lembra da continuidade do enxugamento dos bancos públicos, com a devolução de recursos ao Tesouro Nacional, além da possibilidade de novas transferências de recursos do resultado cambial do Banco Central ao órgão. O documento promete ainda o envio de propostas para a redução dos gastos tributários, que hoje estão estimados em cerca de 4% do PIB.

“O processo de consolidação fiscal é um sólido combustível para o crescimento econômico de longo prazo. Em países muito endividados o aumento do gasto do governo costuma estar associado ao aumento de juros, queda do investimento, aumento do desemprego, queda da atividade econômica e, em alguns casos, aumento da inflação. O aumento da produtividade é o motor para o crescimento econômico sustentável de longo prazo. Consolidação fiscal e produtividade são a chave para o crescimento econômico de longo prazo”, conclui a SPE.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020

PETROBRAS SE POSICIONA SOBRE COMPRA DA LINX PELA STONE AO CADE

Por Fernanda Guimarães

De maneira inesperada, a Petrobras também opinou sobre a compra da Linx pela Stone, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ao ser instada pelo órgão antitruste, a Petrobras buscou entender a razão do questionamento e identificou que os contratos firmados com as empresas haviam sido assinados com a BR Distribuidora, que deixou de ser controlada pela estatal, após vendas de ações via oferta em Bolsa.

Colaboração. Mesmo assim, a Petrobras citou em documento entregue ao Cade que, para colaborar com a defesa da concorrência, foi atrás das considerações de sua ex-subsidiária integral. O documento entregue diz que quase todos os postos BR Mania utilizam a solução de automação da Linx.

Agora sim. A BR, assim, disse que pode haver risco em relação à priorização ou à preferência da Stone para integração dos sistemas de gestão da Linx, em detrimento de outros meios de pagamento ou a criação de barreiras de entrada de novas empresas de aquisição (maquininhas). Apesar disso, afirmou entender que a relação entre os serviços de soluções de pagamento e software de gestão empresarial é de complementariedade. Procuradas, Linx e Stone não responderam até o momento.

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020

COM APURAÇÃO NAS ELEIÇÕES DOS EUA, MERCADOS INTERNACIONAIS TÊM MANHÃ DE INSTABILIDADE

Disputa entre o republicano e atual presidente americano, Donald Trump, e o democrata Joe Biden está mais acirrada que o previsto

Por Sergio Caldas e Aline Bronzati, O Estado de S.Paulo

As Bolsas da Ásia fecharam majoritariamente em alta nesta quarta-feira, 4, com investidores acompanhando de perto a eleição presidencial nos Estados Unidos, que está mais acirrada do que se previa.



<https://img.estadoao.com.br/resources/jpg/3/6/1604485609763.jpg>

Mercado de ações do Japão Foto: Behrouz Mehri/AFP

A apuração dos votos nos EUA mostra uma disputa mais apertada do que se esperava entre o presidente Donald Trump e seu oponente democrata, Joe Biden. Antes da eleição, as últimas pesquisas indicavam favoritismo de Biden. Quando a maioria das Bolsas asiáticas já havia encerrado os negócios, Trump declarou vitória em discurso e disse que vai à Suprema Corte do país para contestar o que chamou

de "fraude enorme" na eleição presidencial.

Bolsas da Ásia

O índice acionário japonês Nikkei subiu 1,72% em Tóquio, a 23.695,23 pontos, atingindo o maior nível em nove meses, após não operar na terça-feira, 3, devido a um feriado nacional. Na China continental, o Xangai Composto teve modesto ganho de 0,19%, a 3.277,44 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 0,31%, a 2.262,14 pontos. Em outras partes da Ásia, o sul-coreano Kospi se valorizou 0,60% em Seul, a 2.357,32 pontos, e o Taiex registrou alta de 1,04% em Taiwan, a 12.867,90 pontos.

Já o Hang Seng caiu 0,21% em Hong Kong, a 24.886,14 pontos, à medida que a ação do gigante varejista Alibaba sofreu um tombo de 7,54%, o maior desde que foi listada localmente, no fim de 2019. Na terça, a oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) de ações do Ant Group, a fintech do Alibaba, foi suspensa.

Na Oceania, a Bolsa australiana terminou o dia em baixa marginal, após um pregão volátil. O S&P/ASX 200 recuou 0,07% em Sydney, a 6.062,10 pontos.

Bolsas da Europa

Depois de abrirem em baixa após a 'onda azul' não se materializar nas eleições dos Estados Unidos, ao menos nesta madrugada, os mercados acionários europeus operam sem rumo único. As atenções estão voltadas para a contagem de votos na corrida pela Casa Branca, cada vez mais acirrada e que, por ora, deixa o resultado incerto. Em paralelo, os mercados acompanham a divulgação de dados do setor de serviços na zona do euro, com a preocupação sobre a dinâmica da pandemia por lá.

Às 7h28, no horário de Brasília, o índice pan-europeu Stoxx-600 tinha elevação de 0,11%, aos 356,42 pontos.

Ao redor do globo, os investidores estão concentrados no voto a voto nas eleições dos EUA. A disputa pela Casa Branca está apertada e não se sabe, até o momento, quem a levará a melhor. O democrata Joe Biden tem 238 votos no colégio eleitoral enquanto o presidente Donald Trump tem 213. São necessários 270. Nas eleições de 2016, Trump teve 304 votos no colégio eleitoral.

Já o índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) da zona do euro veio em linha. Subiu 0,3% em setembro ante agosto, segundo dados publicados pela Eurostat.

Nas praças acionárias do Velho Continente, as bolsas operavam sem direção única. Também às 7h28, em Londres, o índice FTSE 100 tinha alta de 0,07%, e o CAC 40, de Paris, de 0,11%, mas o DAX, de Frankfurt, caía 0,21%. No mesmo horário, o FTSE MIB, de Milão, apresentava queda de 0,20%, o IBEX 35, de Madri, baixava 1,25% e o PSI 20, de Lisboa, registrava desvalorização de 1,60%.

Petróleo

Os contratos futuros do petróleo aceleraram os ganhos e sobem cerca de 2% nesta manhã, ampliando a recuperação após serem brevemente pressionados por um discurso do presidente dos EUA, Donald Trump, reagindo à última pesquisa do American Petroleum Institute (API), que mostrou queda de 8 milhões no volume de petróleo bruto estocado nos EUA na semana passada. Mais tarde, o Departamento de Energia (DoE) publica o levantamento oficial sobre estoques americanos, que incluem números sobre produção. Às 7h15 (de Brasília), o barril do petróleo WTI para dezembro subia 2,15% na Nymex, a US\$ 38,47, enquanto o do Brent para janeiro avançava 1,99% na ICE, a US\$ 40,50.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020

'SEM DIMINUIR O TAMANHO DO ESTADO, NÃO TEM CHANCE DE SAÍDA', DIZ MENDONÇA DE BARROS

Economista vê o governo totalmente sem direção, estagflação a caminho e torce por um centro democrático forte em 2022

Por Sonia Racy, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados

Eterno otimista, desta vez José Roberto Mendonça de Barros* baqueou. Examina o Brasil de alto a baixo e diz sentir “certa falta de suprimento de otimismo”. Não só por causa de uma pandemia onipresente ou pela dívida pública rumo à casa dos 100% do PIB. O País exhibe, mais uma vez, a cena de políticos querendo gastar mais. E justo em “um momento em que a estatura da equipe econômica diminuiu muito”. Para completar a paisagem, diz o economista, “a nossa sociedade não gosta de mudar”. O resumo da ópera? “Sem diminuir o tamanho do Estado, se não quebrar um pouco o tamanho das corporações, não tem chance de saída.”

Nos anos 90, Zé Roberto, como o chamam os amigos, levou seus anos de janela como professor na USP para dentro do governo FHC, onde foi secretário de Política Econômica. Também passou pela área de comércio exterior – e hoje é sócio, em São Paulo, da consultoria MB Associados. Nesta entrevista ao programa Cenários, parceria do Estadão com o Banco Safra, ele enfatiza: ao gastar 12% do PIB na pandemia, o Brasil não fez nada de mais. “O que fizemos de menos foi não ajudar as empresas.” Não obstante, o ministro da Economia, Paulo Guedes, “fica sonhando com um crescimento em ‘V’ que não vai acontecer”.



Barros. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Previsões para o futuro? Ele acha bem possível uma estagflação em 2021 e torce para que se crie uma plataforma de centro, um centro democrático (não o Centrão de hoje). “Esse empoderamento do centro tem de ser construído. O populismo vigente não vai dar certo.” A seguir, os principais trechos da conversa:

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/0/1604463078503.jpg>

‘O empoderamento do centro tem de ser construído. O futuro do País está ligado a isso’, disse Mendonça de

Nesses tantos anos lidando com a economia, o sr. sempre se mostrou otimista com o Brasil. Como se sente hoje?

Estou com uma certa falta de suprimento de otimismo. Acho que vivemos um impasse que não é pequeno – e o que me preocupa é que ele ocorre num momento em que a estatura da equipe econômica diminuiu muito. Isso é raro de acontecer.

Em que sentido?

Claramente, o ministro da Economia e sua equipe perderam espaço no governo. Está claro para mim que o ministro perdeu um pouco o rumo das coisas. Repete temas parciais, tipo CPMF, e não enfrenta o que é relevante. À medida que o coronavírus foi se expandindo, a resposta do governo foi adequada: transferir dinheiro para as famílias. Mas o sistema político quer mais, quer estender para 2021 esse mecanismo de transferências, para o qual definitivamente não há dinheiro. Um gasto em torno de 12% do PIB.

Como vê a ideia de unir todos os programas de assistência em um só?

Todas as propostas da equipe econômica para compatibilizar a retomada de controle fiscal com os desejos do presidente foram sumariamente rejeitadas. Assim como o corte de gastos nas folhas de pagamento do setor público. O que ficou aberto foi aumentar os impostos. Então, temos um impasse criado. A política quer aumentar os gastos, e os ministérios querem milhões para fazer obras públicas. E o presidente resolveu que só vai olhar isso depois da eleição municipal. Portanto, vamos chegar a dezembro sem a menor ideia de para que lado se vai.

Pela primeira vez depois do Plano Real, ouço falar em ameaça de inflação. Vamos ter uma guinada para trás?

Creio que ainda não é o caso. Temos no sistema econômico uma coisa que eu chamo de “bandeirinhas”, que nos alertam quando temos um problema. E quais são as relevantes? A primeira é a taxa de juros, a segunda é a cotação do dólar: o real está muito desvalorizado. Tem uma terceira que é um pouco resultado da primeira e da segunda, que é que o Tesouro Nacional, ao fazer a rolagem da dívida pública, fica frente a um dilema e tem de ir para o papel curto. Só que, ao fazê-lo, o caixa vai diminuindo. Ele já usou R\$ 150 bilhões da reserva, o CMN permitiu transferir do BC para o Tesouro R\$ 325 bilhões do resultado do lucro das operações cambiais, e ele já usou. Isso já vimos no passado: toda vez que você começa a encurtar o prazo da dívida, é porque tem algum problema. A quarta “bandeirinha”, mais nova, é a entrada de investimentos estrangeiros. É preocupante ver que não há investimento de fora, as pessoas não estão confortáveis com o que estão vendo. Tirando alguns casos específicos, e alguns soluções no caminho, ninguém vai investir; e não é só o estrangeiro.

Professor, por que a produtividade no Brasil é um problema recorrente?

A melhor maneira de entender isso é pegar um pedaço da economia onde ela não é problema: o agronegócio. Nele, a produtividade do sistema não para de crescer. E por quê? Porque nesse setor a ciência, a busca de melhorias, existe há 50 anos sem parar. Mas se você vê o setor urbano, a produtividade não mudou. Boa parte do comércio de tecidos e da construção civil de prédios funciona exatamente como há 50 anos. E uma parte dos nossos empresários e federações sempre querendo ir a Brasília arrumar uma moleza fiscal ao invés de brigar por produtividade.

O nosso problema é cultural ou é falta de incentivo?

Primeiro, a nossa sociedade não gosta de mudar, ela muda com um pé no abismo. O próprio sistema político foi desenhado para não mudar, pois com dezenas de partidos é impossível gerar maiorias estáveis. Outro exemplo é a inflação. Foi preciso chegar à hiperinflação para que aparecesse uma iniciativa que desse certo. Mas há duas coisas às quais não chegamos ainda porque não estamos no abismo. Uma é que o tamanho do Estado passou do ponto. Outra coisa é que você não consegue organizar o sistema político para crescer se não mobilizar, em torno dele, algumas ideias de um “modelo de crescimento”, uma estratégia.

Que tipo de estratégia?

Tem de ter uma visão de mundo que aponte quais os puxadores do crescimento. Os asiáticos se plugaram no Japão. A Europa Oriental se plugou na Alemanha. E nós deveríamos ter feito um projeto decente de Mercosul ao invés dessa competição tola. Esse protecionismo que muitos

pedem ficou velho. Minha percepção é que vamos sair da recessão para uma certa estagflação, um crescimento baixo.

Há anos que entrevisto o sr. e nunca o vi tão desanimado. Tem chance de 2021 ser um ano razoável?

Parece que saímos da recessão e que em 2021 teremos PIB positivo, de 2,2%. Mas é raso. A recuperação só aconteceu por causa do coronavoucher. Mas teria de crescer a demanda, produção, folha de salários – e isso não está ocorrendo. E o desemprego vai subir porque muita gente vai sair de casa e procurar emprego. Nós projetamos um desemprego passando dos 16%.

O que houve de errado na condução da briga contra o coronavírus?

Países onde o chefe de Estado negou que o vírus era sério lidaram mal com o problema. Trump é igualzinho a Bolsonaro e eles são iguaizinhos ao presidente da África do Sul, todos atuando desastrosamente. Veja, o Brasil gastou 12% do PIB. O FMI calcula que o mundo gastou os mesmos 12% do PIB. Não fizemos menos, nem mais. O que fizemos de menos foi não ajudar as empresas. E não temos uma política econômica consistente. Mas o nosso ministro da Economia fica sonhando com crescimento em 'V', que não vai acontecer.

Talvez eles corram agora atrás da produtividade...

Exatamente, e a favor da sustentabilidade, da educação, da produtividade. Mas se não diminuir o tamanho do Estado, quebrar o tamanho das corporações, não temos chance.

Faria sentido fazer um plebiscito sobre isso, já que o nível de conscientização aumentou?

O que eu espero, dentro das regras democráticas, é que perto da sucessão de 2022 essas coisas fiquem mais claras. Especialmente se o cenário de estagflação se materializar, não vai ser esse passeio a reeleição. Com um governo desarranjado como esse, que não tem proposta para nada, que só pensa em armas. Espero que, com a mobilização de grupos cívicos, se consiga formar uma plataforma de centro. A esquerda se radicalizou, a direita radical está fazendo um desastre, então esse empoderamento do centro tem de ser construído. Que não é esse Centrão de Brasília, mas um centro democrático que pare, pense. O futuro do Brasil está ligado a isso. Esse populismo que temos não vai dar certo.

*ECONOMISTA, SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA (1995 A 1998), SECRETÁRIO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA PRESIDÊNCIA (1998) E PROFESSOR DE ECONOMIA DA USP POR MAIS DE 30 ANOS.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020

EXECUTIVOS VEEM LUZ NO FIM DO TÚNEL PARA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Por Mariana Durão

A promoção dos investimentos em infraestrutura nos últimos seis meses deixou a desejar, afirmam 85,2% dos executivos do setor na pesquisa semestral Barômetro da Infraestrutura, feita pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e a consultoria EY. Apesar disso, os ouvidos em setembro recobram o otimismo com o futuro do setor, que havia sido fortemente afetado pela pandemia.

De volta. Para mais da metade, (52,1%), o cenário é favorável aos investimentos em infraestrutura nos próximos seis meses, porcentual que já supera o do período pré-pandemia. Na pesquisa divulgada em junho, no auge da crise da covid-19, apenas 17,5% enxergavam um quadro promissor; 61% acreditavam que ele era desfavorável.

Menos nuvens. Na pesquisa realizada em setembro, ainda inédita, a expectativa para a infraestrutura acompanha a avaliação para o crescimento econômico do País. A fatia otimista com a recuperação da economia é de 30,3%. Outros 43% apostam na estabilidade. A parcela de pessimistas, que atingiu 84,4% na pesquisa anterior, caiu a 26,1%.

Pelo cano. Saneamento (74,7%), gás natural (47,2%) – que tiveram novos marcos regulatórios recém-aprovados – e rodovias (34,5%) são apontados como os segmentos nos quais haverá aumento na intenção de investimentos pelos próximos três anos.

Vontade. A avaliação é que os governos federal, estaduais e municipais precisam se esforçar mais na promoção de investimentos privados. Ainda assim, executivos do setor enxergam potencial ligeiramente maior para investimentos via concessões e PPPs.

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PETRORIO FECHA VENDA DE 4 MILHÕES DE BARRIS PARA 4º TRI DE 2020, DIZ CEO

Estratégia foi segurar venda enquanto preços estavam deprimidos, explicou CEO; expectativa agora é de receita recorde no período

Por **Gabriela Ruddy**, Valor — Rio

A PetroRio tem contratos para entrega de cerca de 4 milhões de barris de petróleo para o quarto trimestre de 2020, afirmou o CEO Roberto Monteiro durante conferência com analistas nesta quarta-feira.

De acordo com o executivo, a expectativa é que a empresa registre receitas recordes no último trimestre do ano devido às vendas. “Uma das nossas estratégias foi segurar a venda do óleo para que não a fizéssemos em trimestres tão deprimidos e agora estamos retomando”, explicou o executivo, em referência à queda do preço do barril a partir de março, devido à crise causada pela covid-19. O preço médio do barril vendido pela PetroRio ficou em US\$ 43,50.

Monteiro acrescentou que os descontos sobre os preços já retornaram aos níveis vistos no ano passado, antes da pandemia e do acordo conhecido como IMO 2020, que reduziu os níveis de enxofre em combustíveis usados por navios.

A PetroRio registrou prejuízo de R\$ 110,6 milhões no terceiro trimestre de 2020, frente às perdas de R\$ 101,2 milhões de igual período no ano passado. A receita líquida foi de R\$ 488,7 milhões, alta de 22% na comparação anual.

Fusões e aquisições

A PetroRio estuda “quatro ou cinco” oportunidades para fusões e aquisições, além de participar de um processo de desinvestimento da Petrobras, afirmou Monteiro.

A empresa já havia demonstrado interesse no passado no processo de venda do campo de Albacora, operado pela Petrobras na Bacia de Campos. “A PetroRio continua atenta a oportunidades de fusões e aquisições. Durante o período mais agudo da pandemia esse mercado reduziu, mas agora estamos vendo novas oportunidades. Diria que nosso ‘pipeline’ tem ficado bem mais ativo nos últimos dois meses”, disse.

De acordo com o executivo, a volta do andamento dos processos está relacionada à recuperação dos preços do barril de petróleo nos últimos meses, após a forte queda em março e abril, causada pelos efeitos da pandemia.

“As empresas tendem a segurar um pouco e não vender na fase mais aguda [da queda de preços do barril]. Quando o petróleo começa a retomar, que é exatamente o que está acontecendo neste momento, elas voltam com processos”, acrescentou.

Novas perfurações em Polvo

A PetroRio pretende concluir estudos sobre novas perfurações no campo de Polvo, na Bacia de Campos, no primeiro semestre de 2021, afirmou o diretor de operações Francisco Francilmar durante a conferência.

A companhia produziu, em média, 9.961 barris de óleo por dia no campo no terceiro trimestre de 2020, alta de 23,4% na comparação com o mesmo período no ano passado e maior volume de produção desde 2018. A eficiência operacional da área, no entanto, ficou em 94% devido a problemas operacionais no FPSO Polvo, responsável pela produção da área. A plataforma passou por paradas em junho e julho.

“As paradas foram um pouco compensadas pelo aumento da produção. Estamos trabalhando agora para melhorar a eficiência operacional”, acrescentou Francilmar

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

SINDICATOS DE PETROLEIROS VOTAM PROPOSTA DA PETROBRAS SOBRE PAGAMENTO DE PLR

FUP defende rejeição da proposta e continuação das negociações

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

Os empregados da Petrobras em sindicatos ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) iniciam, nesta semana, votações sobre a proposta da estatal e das subsidiárias para pagamento de participação nos lucros e resultados (PLR) da companhia em 2021.

Em comunicado sobre o tema, a FUP defende a rejeição da proposta e a continuação das negociações, de modo a incluir todos os empregados da companhia nos pagamentos.

O sindicato defende, ainda, que os indicadores reflitam todas as áreas da empresa e que a Petrobras faça o adiantamento dos pagamentos no início do ano.

A expectativa é que as assembleias sejam encerradas até 20 de novembro, de acordo com FUP.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

PGR É A FAVOR DE DESTINAR R\$ 14 MILHÕES RECUPERADOS DA LAVA-JATO AO ICMBIO

A solicitação foi feita pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, que ainda analisa a pertinência do requerimento

Por Luísa Martins e Isadora Peron, Valor — Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se a favor de um pedido do governo federal para destinar R\$ 14 milhões do dinheiro recuperado pela Operação Lava-Jato ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), "diante do contexto emergencial instaurado com o avanço de queimadas".

A solicitação foi feita pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, que ainda analisa a pertinência do requerimento.

Segundo a petição, o dinheiro recuperado das investigações sobre o esquema de corrupção da Petrobras seria aplicado em ações de combate ao desmatamento ilegal, contratação de brigadistas temporários e aquisição de equipamentos, como viaturas e coletes à prova de balas.

Pelo acordo original homologado por Moraes em setembro do ano passado, do R\$ 1,06 bilhão que a União teria direito a receber, R\$ 630 milhões iriam para execução direta de vários órgãos públicos ligados à temática ambiental.

O advogado-geral da União, José Levi, acionou o STF porque o ICMBio não consta expressamente no texto do acordo validado, apenas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que inviabilizaria os investimentos.

No documento enviado ao Supremo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, ressaltou que as atuações dos dois órgãos na proteção e na fiscalização do meio ambiente são complementares.

"A atuação conjunta do Ibama do ICMBio, mais do que permitida, há de ser estimulada, sobretudo em razão do quadro emergencial instaurado pelo avanço das queimadas florestais que demanda o imediato incremento operacional nas áreas afetadas, motivo pelo qual não se vislumbra empecilho ao repasse orçamentário por cooperação administrativa e financeira entre os referidos órgãos da administração pública federal", escreveu.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

ANÁLISE: PETROBRAS COLOCA SEU ÚLTIMO GRANDE ATIVO EM TERRA À VENDA

A estatal brasileira já sinalizou a intenção de sair da produção em terra e já disponibilizou ao mercado praticamente toda a sua produção

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy, Valor — Rio

Ao anunciar nesta quarta-feira o desinvestimento de mais um conjunto de campos terrestres – o Polo Bahia Terra – a Petrobras coloca à venda o seu último grande ativo onshore. A estatal brasileira já sinalizou a intenção de sair da produção em terra e já disponibilizou ao mercado praticamente toda a sua produção, em negócios que tem atraído novos agentes para o mercado brasileiro.

Em 2020, a Petrobras mudou a estratégia e passou a ofertar ao mercado polos maiores. O Polo Bahia Terra, que reúne 28 concessões, totaliza uma média de 14 mil barris diários de petróleo – cerca de 14% da produção onshore da companhia. É o terceiro maior ativo terrestre colocado à venda pela estatal em terra. O maior destaque, nesse sentido, é o Polo Potiguar (23 mil barris/dia), no Rio Grande do Norte, e o Polo Urucu (16,5 mil barris/dia), no Amazonas. Só esses três polos concentram mais da metade de tudo o que a empresa produz em terra.

A Petrobras colocou os primeiros ativos à venda em 2016, mas depois de contestações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a sistemática dos desinvestimentos, reconfigurou o modelo de venda e retomou as ofertas em 2017. Só em 2019, contudo, a petroleira começou a concretizar as primeiras vendas e a destravar os negócios.

Desde então, a empresa já vendeu cerca de US\$ 850 milhões em ativos terrestres – incluindo negócios ainda pendentes de conclusão.

A saída da estatal do onshore tem representado uma oportunidade para a expansão de pequenas petroleiras no país, a maioria suportada por fundos de private equity, como 3R Petroleum, Karavan e Petrorecôncavo – candidatas naturais aos desinvestimentos da Petrobras no onshore. Essas três empresas têm sido os agentes mais ativos em aquisições de campos maduros da estatal.

A Karavan, por exemplo, assinou este ano contrato para compra do Polo Cricaré (ES), por US\$ 155 milhões, em sociedade com o Seacrest Capital Group, fundo internacional que investe em óleo e gás. O Seacrest já atuava no Brasil, por meio da AziLat, em concessões de exploração no mar, mas se prepara agora para estreitar em campos operacionais em terra. Com foco até então voltado para o offshore, o fundo viu na abertura dos campos terrestres uma oportunidade

interessante e se associou à Karavan - chefiada por Fabiano Ramos, ex-diretor do Merrill Lynch, ao lado de um time de egressos da Petrobras e da antiga HRT. Com a compra, a Karavan assume uma produção de 1,7 mil barris/dia.

A 3R Petroleum, por sua vez, é uma empresa controlada pela Starboard e se prepara, agora, para uma abertura de capital. A companhia opera desde julho o Polo Macau (RN), adquirido por US\$ 191 milhões, e desde então assinou mais dois novos contratos, num total de US\$ 129,4 milhões, para assumir os polos Rio Ventura (BA) e Fazenda Belém (CE). Os negócios consolidam a empresa como maior produtora privada de óleo em terra no Brasil, ao lado da Petroreconcavo – que conta com investimentos do fundo Opportunity. Com as compras recentes, a 3R deve atingir uma produção da ordem de 5,8 mil barris/dia, patamar atual da Petroreconcavo.

Além delas, outras produtoras, maiores, estão de olho nos ativos onshore da Petrobras. A Eneva já manifestou interesse na compra de Urucu, no Amazonas. Recentemente, o presidente da Enauta, Décio Oddone, disse que a empresa tem cerca de R\$ 2 bilhões em caixa e promete ir às compras, para recompor sua carteira. Até então focada em águas profundas, a ideia é ampliar os horizontes e olhar “sem restrições” para outras oportunidades de negócios, como os campos maduros à venda pela Petrobras, incluindo ativos terrestres.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

PETROBRAS DIVULGA VENDA DE FATIA EM ATIVOS DE PRODUÇÃO TERRESTRE NA BAHIA

Companhia também inicia fase vinculante de venda de campos de águas rasas no Ceará

Por Eduardo Magossi, Valor — São Paulo

A Petrobras deu início nesta terça-feira à etapa de divulgação de venda de sua participação em um conjunto de 28 concessões de campos de produção terrestres, com instalações integradas, localizadas na Bacia do Recôncavo e Tucano, em diferentes municípios da Bahia, denominados conjuntamente de Polo Bahia Terra.

Segundo a Petrobras, o polo tem cerca de 1.700 poços em operação, 19 estações coletoras, 12 pontos de coleta, 2 estações de tratamento de óleo, 6 estações coletoras e compressoras, 4 estações de injeção de água, aproximadamente 980 quilômetros de gasodutos e oleodutos, além das bases administrativas de Taquipe, Santiago, Buracica, Araçás e Fazenda Bálamo. Também fazem parte do Polo Bahia Terra dois parques de estocagem e movimentação de petróleo com toda a infraestrutura de recebimento, armazenamento e escoamento do petróleo para a Refinaria Landolfo Alves (RLAM). Além disso, o polo contempla a UPGN de Catu e 10 subestações elétricas.



[https://s2.qlbimg.com/3DqeB0XxDxJdcXQgRUdg66Xviq=/0x0:470x184/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.qlbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/s/H/HRMZJXSzOYfp8g5cG0XQ/pe trobras-bacia-do-reconcavo-bahia-div.jpg](https://s2.qlbimg.com/3DqeB0XxDxJdcXQgRUdg66Xviq=/0x0:470x184/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.qlbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/s/H/HRMZJXSzOYfp8g5cG0XQ/pe trobras-bacia-do-reconcavo-bahia-div.jpg)

— Foto: Divulgação

A produção média do Polo de janeiro a agosto de 2020 foi de cerca de 14 mil barris de óleo por dia e 642 mil m3/dia de gás. A Petrobras é a operadora nesses campos, com 100% de participação.

Campos de águas rasas no Ceará

A companhia também informou, em comunicado, o início da fase vinculante referente à venda da totalidade de sua participação nos campos em águas rasas de Atum, Curimã, Espada e Xaréu, chamados de Polo Ceará.

Os campos estão localizados a 30 quilômetros da costa do Estado do Ceará, em lâmina d'água entre 30 e 50 metros. A produção média em 2019 foi de 4,2 mil bpd de óleo e 76,9 mil m³/d de gás. A Petrobras é a operadora nesses campos, com 100% de participação sobre os direitos de exploração e produção dos contratos de concessão referentes a tais campos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

ROGÉRIO MARINHO DEFENDE REESTRUTURAÇÃO DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO PARA TORNÁ-LOS PRIVADOS

Na prática, a mudança atingiria fundos de desenvolvimento das Regiões Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO)

Por Renan Truffi e Vandson Lima, Valor — Brasília

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, defendeu abertamente nesta quarta-feira o que chamou de "reestruturação" dos fundos de desenvolvimento regionais. Segundo o ministro, a ideia seria torná-los privados para dar "agilidade", "conforto fiscal" e, desta forma, fazer com que eles sejam estruturadores de projetos. Na prática, a mudança atingiria fundos de desenvolvimento das Regiões Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO).

Rogério Marinho falou sobre o assunto durante audiência pública na comissão temporária externa do Senado que acompanha as ações de enfrentamento aos incêndios no Pantanal. "A questão dos fundos de desenvolvimento também é uma preocupação do nosso Ministério. Nós estamos aqui inclusive com propostas que foram enviadas ao Ministério da Economia de reestruturação dos fundos de desenvolvimento regionais. Nós entendemos que os fundos têm baixíssima alocação, têm uma burocracia enorme e nesse período em que estamos com uma taxa Selic de 12%, normalmente o empreendedor busca a iniciativa privada, dada a complexidade de se conseguir acesso a esse tipo de capital, que é um capital que deveria ser disponibilizado para desenvolver as Regiões do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste do Brasil", defendeu.

O ministro afirmou que a "reestruturação" desses fundos ajudaria os municípios a apresentarem projetos sólidos para atraírem a iniciativa privada nas áreas de saneamento básico, por exemplo. "Nós estamos propondo justamente a mudança da forma de atuação desses fundos para que eles se tornem fundos privados tenham maior agilidade e conforto fiscal, mas, principalmente, que eles sejam estruturadores de projetos", disse. "O nosso grande problema é que nós não temos projetos de qualidade que se ponham de pé para atrair a iniciativa privada em programas, por exemplo, de saneamento básico, de tratamento de esgoto nas cidades que estão no perímetro das bacias hidrográficas importantes, como Taquari, como Araguaia, como Tocantins, como Parnaíba, como São Francisco, como Amazonas. Nós precisamos ajudar os Municípios para que eles tenham a condição de apresentar projetos tecnicamente sólidos", complementou.

Há algumas semanas, o Valor teve acesso à minuta de uma medida provisória do Ministério do Desenvolvimento Regional que prevê a transformação desses fundos em entidades privadas. O texto aponta justamente para que os fundos tenham o papel de estruturar projetos na área de infraestrutura, garantir operações e atuar por meio da participação em fundos de investimento que atuem em áreas prioritárias. Apesar de já haver uma MP pronta, o desenho final ainda pode mudar após sugestões de outras áreas, como o Ministério da Economia e a Casa Civil, que estão em conversas com a equipe do ministro Rogério Marinho.

Um dos pontos pendentes é como será feita a "integralização das cotas" (o aporte de recursos) desses fundos, quando eles passarem de públicos para privados. Somados, os três contam com cerca de R\$ 6,5 bilhões, que estão na chamada "conta única" do Tesouro. Na configuração atual, esse dinheiro não pode ser todo usado porque depende de liberação orçamentária, ainda que os financiamentos sejam considerados despesas financeiras. Nos últimos anos, o orçamento dos fundos caiu para cerca de um terço dos R\$ 3,4 bilhões permitidos 04/11/2020 Rogério Marinho

defende reestruturação de fundos de desenvolvimento para torná-los privados | Brasil | Valor Econômico <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/04/rogrio-marinho-defende-reestruturao-de-fundos-de-desenvolvimento-para-torn-los-privados.ghtml> 3/3 em 2017. Com a medida, o saldo de R\$ 6,5 bilhões será repassado para os novos fundos privados. Esse processo, contudo, dificilmente será feito de uma vez só, já que essa transferência da “conta única” para os fundos. Assim, a integralização deve ser parcelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

DEPUTADOS APROVAM REMANEJAR R\$ 6,1 BI PARA OBRAS INDICADAS PELA BASE ALIADA

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

Os deputados aprovaram hoje, em sessão do Congresso, projeto de lei que remaneja R\$ 6,1 bilhões do Orçamento de 2020. Foram 307 votos a favor da proposta e 126 contra. O dinheiro será usado principalmente pelos ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura e para obras indicadas por parlamentares da base de apoio do governo.

O projeto causou tensões dentro do governo, na disputa entre os ministros do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que pedia dinheiro para execução de obras, e da Economia, Paulo Guedes, que tentava segurar os gastos e manter o compromisso com o ajuste fiscal. No fim, o governo arbitrou um remanejamento de verbas para atender sua base aliada no Congresso.

A oposição protestou porque nesse remanejamento o governo retirou R\$ 1,4 bilhão das universidades e institutos tecnológicos federais. Os partidos contrários ao governo criticaram e tentaram travar a votação, alegando que esse projeto só poderia ser analisado após a votação de todos os vetos que trancavam a pauta – o que não ocorreu.

Para votar o projeto, o governo prometeu que vai recompor os recursos para a educação em 15 dias, mas que precisava da aprovação agora para poder concluir as obras.

O líder da minoria no Congresso, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), afirmou que a oposição só deixou a votação ocorrer pela promessa do governo de que em 15 dias os recursos voltarão para as universidades. “Esperamos que vossas Excelências cumpram a promessa, mas nosso voto continua sendo não. Não podemos aceitar a retirada de recursos da educação” disse.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), justificou que parte das obras começou nos governos do PT e que o presidente Jair Bolsonaro tentava finalizá-las para não haver desperdício de dinheiro público. “Esse projeto ajudará a execução do Orçamento e vamos cumprir o acordo sobre as verbas para a educação”, respondeu.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/11/2020

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

AGRICULTURA PERDE FÔLEGO, EXPORTA MENOS E IMPORTA MAIS

Exportações médias recuam 21% no mês passado; importações, puxadas por soja e arroz, aumentam 3%

As exportações agropecuárias perdem fôlego neste início do quarto trimestre do ano. As vendas externas médias de outubro —consideradas as receitas obtidas por dia útil— ficaram 21% inferiores às de igual mês de 2019.

Já as importações, devido à aceleração nas compras externas de produtos básicos neste segundo semestre, aumentaram 3% no período.

A agricultura, assim, inverte o comportamento que vinha obtendo neste ano. Foi o único setor a aumentar as importações e a registrar queda nas exportações, conforme dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Os gastos com o aumento das importações têm como base soja e arroz, produtos que foram isentados de tarifa de importação recentemente. Essas importações, porém, não têm muita relação com essa liberação de importação, mas com o volume de produto já exportado, facilitado pela taxa de câmbio.

As compras externas de soja somaram 71 mil toneladas no mês passado. No mesmo mês de 2019, eram apenas 1.380. Com isso, as importações acumuladas neste ano já somam 599 mil toneladas, 379% mais do que em 2019.

Essas compras externas são necessárias porque o país já colocou 82 milhões de toneladas de soja no mercado externo até o final de outubro, 24% mais do que em 2019. As receitas deste ano somam US\$ 28,1 bilhões, apenas com as vendas da soja em grão.

As exportações favoráveis ao arroz neste ano, devido ao real fraco, também forçam o país a aumentar as importações nessa reta final de ano. A partir de janeiro começa a chegar ao mercado a safra 2020/21.

Em outubro foram importadas 81 mil toneladas do cereal sem casca, 15% mais do que em igual mês de 2019.

Apesar da necessidade de importações, as empresas continuam cumprindo contratos de exportações. No mês passado, saíram 90 mil toneladas do cereal industrializado pelas fronteiras do Brasil, 59% mais do que em outubro de 2019.

Milho e trigo não apresentaram evolução de compras no mês passado. Ambos tiveram reduções também nas importações acumuladas no ano.

A importação de trigo recuou para 5,37 milhões de toneladas de janeiro a outubro, enquanto a de milho caiu para 876 mil no mesmo período.

As carnes bovina e de frango também ajudaram a enfraquecer as exportações de outubro. Ambas tiveram redução no volume comercializado no mercado externo. A suína, devido à persistente demanda chinesa, mantém ritmo forte de exportação, segundo a Secex.

EMPREGO VOLTA AO NORMAL NO CAMPO

Pela primeira vez, desde o trimestre encerrado em maio, o número de ocupados na agropecuária está dentro do normal, segundo estudo do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Para os técnicos do Cepea, o impacto da Covid-19 sobre o número de pessoas ocupadas na agropecuária pode estar se dissipando.

No trimestre móvel encerrado em agosto (de junho a agosto), 8,2 milhões de pessoas estavam ocupadas na agropecuária, apenas 1,5% abaixo do esperado para esse período do ano, conforme modelo criado pelo órgão.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020

EUA FORMALIZAM SAÍDA DO ACORDO DE PARIS SOBRE O CLIMA EM MEIO A ELEIÇÃO

Rival de Trump, o democrata Joe Biden prometeu reintegrar o Acordo de Paris caso seja eleito
WASHINGTON | REUTERS

Os Estados Unidos formalizaram nesta quarta-feira (4) a sua saída do Acordo de Paris sobre o clima, cumprindo uma promessa do presidente Donald Trump em meio a incertezas sobre o resultado das eleições americanas.

A depender dos resultados da apuração da corrida pela Casa Branca, a ruptura dos EUA com o principal pacto para mitigar as mudanças climáticas poderá ser breve. Rival de Trump, o democrata Joe Biden prometeu reintegrar o Acordo de Paris caso seja eleito.



https://f.i.uol.com.br/fotografia/2020/11/03/16044110665fa15eba9e1fe_1604411066_3x2_lg.jpg

O presidente Donald Trump – Reuters

“A saída dos EUA vai deixar um vácuo em nosso regime e nos esforços globais para atingir os objetivos do Acordo de Paris”, disse Patricia Espinosa, secretária-executiva da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima).

Os EUA continuam sendo membros da UNFCCC, organização responsável pela implementação das metas do tratado. Espinosa disse que a entidade estará “pronta para ajudar os EUA em todos os esforços para reingressar no Acordo de Paris”.

Trump anunciou sua intenção de retirar os EUA do Acordo de Paris em junho de 2017, afirmando que o tratado prejudicaria a economia americana. No entanto, o presidente só conseguiu formalizar a retirada agora devido às regras de participação estabelecidas no acordo.

A saída faz dos EUA o único país entre os 197 signatários a abandonar o Acordo de Paris, criado em 2015 sob a administração de Barack Obama. No tratado, o governo americano havia se comprometido a reduzir as emissões de carbono do país entre 26% e 28% até 2025 com base nos níveis de poluição de 2005.

Se Biden vencer as eleições e se tornar o próximo presidente dos EUA, espera-se que ele se comprometa com metas ainda mais ambiciosas. Ele prometeu zerar o saldo de emissões dos EUA até 2050 e investir US\$ 2 trilhões (R\$ 11,5 trilhões) para transformar a economia americana.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data : 04/11/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

INDÚSTRIA CRESCE 2,6% DE AGOSTO PARA SETEMBRO, DIZ IBGE

É a quinta alta consecutiva do indicador

Por Vítor Abdala - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

A produção industrial brasileira cresceu 2,6% na passagem de agosto para setembro. É a quinta alta consecutiva do indicador, que teve taxas de crescimento de 8,7% em maio, 9,6% em junho, 8,6% em julho e 3,6% em agosto, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados hoje (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com esses resultados, o setor conseguiu eliminar a perda de 27,1% acumulada nos meses de março e abril, ou seja, no início da pandemia da covid-19. A atividade industrial se situa 0,2% acima da registrada em fevereiro deste ano.

A produção industrial também registrou alta de 3,4% na comparação com setembro do ano passado e 4,8% na média móvel trimestral. Por outro lado, acumula quedas de 7,2% no ano e de 5,5% em 12 meses.

Na passagem de agosto para setembro, as quatro grandes categorias econômicas apresentaram alta, com destaque para os bens de consumo duráveis (10,7%). As demais categorias registraram as seguintes taxas de crescimento: bens de consumo semi e não duráveis (3,7%), os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (7%), e os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo (1,3%).

Das 26 atividades industriais pesquisadas, 22 tiveram alta, com destaque para veículos automotores, reboques e carrocerias, que avançou 14,1%. O setor vem de cinco meses de alta, quando acumulou 1.042,6% de crescimento, impulsionado pela continuidade do retorno à produção após a paralisação decorrente da pandemia. Apesar disso, ainda se encontra 12,8% abaixo do patamar de fevereiro.

Outras atividades com altas relevantes foram máquinas e equipamentos (12,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (16,5%), couro, artigos para viagem e calçados (17,1%) e produtos alimentícios (1,2%).

A queda na produção ocorreu em quatro atividades, com destaque para as indústrias extrativas (3,7%), setor que havia apresentado três meses de resultados positivos consecutivos e que acumularam expansão de 18,2%.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 04/11/2020



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

INTEGRAÇÃO DE HUBS GERA NOVO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO NO CEARÁ

Por Redação

À medida que o centro de inovação se expande, apresentam-se condições mais favoráveis ao avanço do hub portuário e logístico do Pecém. Secretário do Desenvolvimento Econômico cita a criação de "uma nova economia"

Dois dos braços da chamada trinca de hubs parecem estar iniciando um ecossistema para gerar valor agregado em diferentes frentes no Ceará. Inaugurado em abril de 2019, o data center da Angola Cables em Fortaleza tem gerado ambiente favorável à expansão do hub portuário e logístico do Pecém a partir do próprio desenvolvimento.

Segundo Victor Adonai Costa, diretor regional da Angola Cables, a empresa conseguiu dobrar o número de clientes em setembro na comparação com o ano passado, além de aumentar o quadro de funcionários em 30%. "As operações do Data Center de Fortaleza representam nossa principal fonte de receita", aponta.

Ele revela que a empresa planeja ser um integrador de serviços e soluções em parceria com o mercado em geral. "Um ponto importante do nosso trabalho como agregador ao Ceará é levar clientes de outras regiões do País, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, para o Estado".

Os novos investidores teriam espaço garantido para instalação no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp), que almeja ser o principal polo industrial, portuário e logístico do Brasil até 2050, segundo Alessandra Grangeiro, gerente de Negócios Industriais e de ZPE do Complexo do Pecém (Cipp S/A), empresa administradora da área.

"As maiores concentrações portuárias também estão em locais onde há grande concentração de infraestrutura de TI. No Complexo do Pecém, por exemplo, nós temos a ZPE Ceará. A equipe de TI da ZPE cearense desenvolveu o SICA (Sistema Integrado de Controle Aduaneiro), um sistema próprio de acesso de pessoas, cargas e veículos na área onde são movimentadas as mercadorias das empresas instaladas. O sistema possui funcionalidades exclusivas e é integrado ao Porto do Pecém e ao sistema da Receita Federal do Brasil (RFB)", ressalta.

Nova economia

O secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado, Maia Júnior, lembra que o Executivo estadual vem fazendo fortes apostas no hub de inovação e destaca que o Ceará já possui três data centers instalados, um em instalação e outros dois em negociação com empresas estadunidenses. "Isso permite a atração de provedoras de internet, de armazenamento em nuvem, de marketplace e software. Nós já temos um cadastro de empresas que prestam serviços para o setor público e privado com nomes como Amazon, Microsoft e IBM oferecendo centros de desenvolvimento de software e dando suporte aos clientes. É o início de uma nova economia no Ceará", afirma.

Segundo ele, o objetivo do Estado é atrair o maior número possível de empresas do segmento. "Se eu puder trazer 50 data centers, porque vou parar nesses quatro que já temos? A meta não tem limites. Nós temos uma política pública e equipe voltadas para isso, participamos de rodadas de negócios para promover o Ceará. Há cinco anos não tínhamos nada", disse.

Para Maia Júnior, a pandemia do novo coronavírus não afetou de forma negativa as negociações nem a imagem do Estado para os investidores. Ele aponta que o trabalho contínuo do Governo do Estado tem feito o Ceará ser visto como um ambiente promissor e seguro. "O Ceará tem 30 anos de continuidade em políticas públicas em crescimento, que vêm sendo aperfeiçoadas. O Estado tem acertado o passo na situação fiscal, em políticas hídricas, na educação, na saúde, em infraestrutura, em energia, melhorando processos burocráticos e simplificando para criar um ambiente bom para negócios, dando garantias jurídicas, mais transparência. São fatores fundamentais que o mercado está enxergando e isso funciona melhor que uma política exclusivamente de incentivos fiscais".

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data : 04/11/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

VAN OORD GANHA LICITAÇÃO DE DRAGAGEM DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 04/11/2020 - 19:42



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190131-draga-dragagem-van-oord-utrecht.jpg>

Arquivo

A dragagem vai retirar aproximadamente dois milhões de metros cúbicos de sedimentos.

A empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas venceu o processo licitatório realizado pelo Porto de São Francisco do Sul (SC) para a realização do serviço de dragagem de manutenção. O certame foi realizado no último dia

26 de outubro. O objetivo é retirar cerca de dois milhões de metros cúbicos de sedimentos para readequar a profundidade do canal de acesso, a bacia de evolução e os berços de atracação. Com a dragagem a profundidade deve chegar aos 14 metros.

O valor do serviço ficou em pouco mais de 34 milhões de reais. A vencedora do certame tem até 30 dias para mobilizar as dragas e 160 dias, já contando com o tempo de mobilização, para a conclusão de toda a obra. Ao todo participaram do processo licitatório seis empresas de dragagem.

A obra vai permitir que o Porto de São Francisco do Sul receba navios com maior capacidade de carga, além de oferecer mais segurança e eficiência às operações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2020

ENTIDADES DEFENDEM DESBUROCRATIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 04/11/2020 - 18:24



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161114-navegacao-interior.jpg>

Arquivo

Fenavega avalia que existe a intervenção de muitos órgãos na navegação interior e que isso representa uma amarra ao desenvolvimento do setor.

Entidades envolvidas com a navegação interior no país encaminharam, na última semana, demandas do setor para a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Dentre as propostas voltadas ao desenvolvimento da atividade está a

desburocratização do segmento considerado ainda muito regulado. Além disso, outras propostas passam pela necessidade de uma melhor infraestrutura hidroviária e formação profissional para quem navega, sobretudo, na região amazônica.

De acordo com o presidente da Federação das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega), Raimundo Holanda, a navegação hidroviária é um dos modais mais burocráticos do país. Por esta razão, a federação, junto com outras entidades está fazendo uma campanha para que seja reduzido o arcabouço regulatório do setor e tornar a navegação mais eficiente. Além da Fenavega estiveram reunidos com a CNT representantes dos sindicatos.

Holanda entende que existe excesso de vistoria, pois são feitas por diversos órgãos. Segundo ele, como a época das vistorias de cada órgão não coincide, muitas vezes o armador acaba tendo que retirar a embarcação de circulação para realizar essas atividades. “É troca de válvulas, excesso de documentação, muita coisa”, frisou Holanda. Para ele, a ação de determinados órgão é fundamental para a navegação, como é o caso da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), porém, já no caso da Marinha do Brasil ele avalia que poderia “se retirar da navegação”. “É uma entidade de guerra”, disse.

O certificado de navegação em dia, segundo ele, poderia evitar a realização de muitas vistorias. Além disso, para Holanda, algumas atividades são desnecessárias como solicitar autorização da Marinha para entrar e sair de um porto.

Ele afirmou ainda que a Fenavega recebeu de forma muito positiva o projeto BR dos Rios, do governo federal, que tem como objetivo desenvolver a navegação interior. No entanto, ele tem observado que o novo programa pode se voltar para a privatização das hidrovias. Embora ele não seja contrário à proposta de privatização, ele analisa que o primeiro passo deveria ser a transformação dos rios navegáveis em hidrovias. “Ninguém privatiza uma rodovia sem que ela exista ainda, então é necessário infraestrutura para o que rio se torne de fato em uma hidrovia”, comparou.

Segundo Holanda, para que a privatização dos rios funcione de forma adequada é importante que existam melhores condições de navegabilidade. “O próprio DNIT (Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes) tem dificuldade com algumas obras, imagina uma empresa”, questionou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2020

PORTO DE XANGAI MOVIMENTA 4,2 MILHÕES DE TEUS EM OUTUBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 04/11/2020 - 18:17



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200415-porto-de-xangai.jpg>

O Porto de Xangai, na China, reafirmou sua posição como o porto de contêineres mais movimentado do mundo em outubro, estabelecendo um novo recorde para o número total de unidades movimentadas. Isso ocorre enquanto a China está relatando uma forte recuperação geral no tráfego portuário e as companhias marítimas mundiais estão lutando para atender à demanda.

A movimentação de contêineres no Porto de Xangai atingiu um recorde de 4,2 milhões de TEUs em outubro, um aumento ano a ano de 15,7%, de acordo com dados oficiais divulgados pelas autoridades chinesas. O novo recorde ultrapassou os 3,9 milhões de TEUs de julho e tornou Xangai o primeiro porto de contêineres a ultrapassar a marca de 4 milhões de TEUs em um único mês.

O crescimento no volume de contêineres de Xangai reflete um crescimento geral semelhante no volume de carga da China, que no total também aumentou quase 16% nos principais portos em outubro. O volume total de contêineres nos maiores portos marítimos da China cresceu quase 20% em outubro.

O forte crescimento do volume teve efeito positivo sobre os relatórios das maiores companhias marítimas, que registraram uma forte recuperação nos negócios, bem como de um aperto dramático na disponibilidade de slots.

As autoridades chinesas apontaram uma forte recuperação econômica, bem como seus esforços para mitigar o coronavírus. Eles observaram que o Porto de Xangai investiu em novas tecnologias e na integração das operações. As autoridades também destacaram os esforços em andamento na quarta fase do Porto de Águas Profundas de Yangshan, em Xangai, o maior terminal de carga automatizado do mundo.

Durante todo o ano de 2019, o Porto de Xangai informou ter atingido um tráfego recorde de contêineres com 42 milhões de TEUs movimentados. Cerca de quatro% maior do que em 2018, o suficiente para manter o status de Xangai como o porto de contêineres mais movimentado do mundo pelo nono ano consecutivo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2020